



# Anais da Assembléia

Nº 07

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 21 DE FEVEREIRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo .....	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT .....	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB .....	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL .....	Deputado ÉLIO RUSCH
PT .....	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP .....	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR .....	Deputado CÉSAR SELEME
PSC .....	Deputado JOSELITO CANTO
PTB .....	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB .....	Deputado CESAR SILVESTRI

## Representação Partidária

**PMDB – 12:** Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Ardur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP – 10:** Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Anibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT – 09:** Algaci Túlio - Antonio Belinatti - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Turek; **PTB – 06:** Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL – 06:** Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT – 05:** Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Ângelo Vanhoni; **PSDB – 03:** Edgar Bueno - Beto Richa - César Silvestri; **PPR – 02:** João T. Filho - César A. Seleme; **PSC – 01:** Joselito Canto.

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.ª LEGISLATURA  
ATA DA 2.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 1995  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antônio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elio Rusch, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Publiesi, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Joselito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reni Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Ofício nº 01/95

Curitiba, 30 de janeiro de 1995  
Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, em conformidade com as decisões tomadas em reunião realizada pela Bancada Estadual deste Partido, ocorrida nas dependências da Liderança do P.F.L., comunicam a assunção do Deputado Elio Lino Rusch para assumir a Liderança do Partido nesta Casa Legislativa, a partir de 01 de fevereiro do corrente.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

RENY BORSATO

NELSON GARCIA

BASÍLIO ZANUSSO

e CARLOS SIMÕES

Ofício nº 015/95

Curitiba, 20 de fevereiro de 1995  
Senhor Presidente.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores vem por meio deste oficiar a Presidência desta Casa de Leis que o Cargo de Líder da Bancada do Partido será ocupada pelo Deputado Estadual Angelo Vanhoni, e os cargos de 1º e 2º vice-Líderes serão exercidos pelos Deputados Péricles de Mello e Emerson Nerone, respectivamente.

Sendo o que se trata para o momento, deixamos nossas saudações.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(aa) ÂNGELO VANHONI

PÉRICLES DE MELLO

EMERSON NERONE

IRINEU COLOMBO

e DOUTOR ROSINHA

INDICAÇÃO:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente vem indicar os Membros que irão compor as Comissões Permanentes da ALEP, conforme documento em anexo.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

COMISSÃO PARLAMENTAR DO PMDB  
PARA COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI	- RAMAL	(235)
JOSE TAVARES	- "	(394/395)
TOTI COLAÇO	- "	(365/366)

Suplentes:

JOSE MARIA	- RAMAL	(251/252)
RENATO ADUR	- "	(373/374)
DURVAL AMARAL	- "	(225a228)

COMISSÃO DE FINANÇAS

ORLANDO PESSUTI	- RAMAL	(285/286)
DURVAL AMARAL	- "	(225a228)

Suplentes:

CLEITON KIELSE	- RAMAL	(311a314)
NEREU MOURA	- "	(231a234)

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

DURVAL AMARAL - RAMAL (225a228)  
LUIZ C. ROMANELLI - " (235)

Suplentes:

RENATO ADUR - RAMAL (373/374)  
JOSE MARIA - " (251/252)

**COMISSÃO DE AGRICULTURA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

JOSE MARIA - RAMAL (251/252)  
NEREU MOURA - " (231a234)

Suplentes:

ORLANDO PESSUTI - RAMAL (285/286)  
TOTI COLAÇO - " (365/366)

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO**

JOSE MARIA - RAMAL (251/252)  
CLEITON KIELSE - " (311a314)

Suplentes:

SAMIS DA SILVA - RAMAL (263/264)  
RICARDO CHAB - " (367/368)

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES**

RENATO ADUR - RAMAL (373/374)  
CLEITON KIELSE - " (311a314)

Suplentes:

NEREU MOURA - RAMAL (231a234)  
LUIZ C.ROMANELLI - " (235)

**COMISSÃO DE TERRAS IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO**

NEREU MOURA - RAMAL (231a234)  
TOTI COLAÇO - " (365/366)

Suplentes:

DURVAL AMARAL - RAMAL (225a228)  
RENATO ADUR - " (373/374)

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

JOSE TAVARES - RAMAL (394/395)  
RICARDO CHAB - " (367/368)

Suplentes:

CLEITON KIELSE - RAMAL (311a314)  
SAMIS DA SILVA - " (263/264)

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

ORLANDO PESSUTI - RAMAL (285/286)  
DURVAL AMARAL - " (225a228)

Suplentes:

JOSE TAVARES - RAMAL (394/395)  
JOSE MARIA - " (251/252)

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS**

NEREU MOURA - RAMAL (231a234)  
ORLANDO PESSUTI - " (285/286)

Suplentes:

JOSE TAVARES - RAMAL (394/395)  
JOSE MARIA - " (251/252)

**COMISSÃO DE TURISMO**

SAMIS DA SILVA - RAMAL (263/264)  
RICARDO CHAB - " (367/368)

Suplentes:

ORLANDO PESSUTI - RAMAL (285/286)  
TOTI COLAÇO - " (365/366)

**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

JOSE MARIA - RAMAL (251/252)  
CLEITON KIELSE - " (311a314)

Suplentes:

ORLANDO PESSUTI - RAMAL (285/286)  
NEREU MOURA - " (231a234)

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

JOSE TAVARES - RAMAL (394/395)  
LUIZ C.ROMANELLI - " (235)

Suplentes:

CLEITON KIELSE - RAMAL (311a314)  
TOTI COLAÇO - " (365/366)

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

SAMIS DA SILVA - RAMAL (263/264)  
ORLANDO PESSUTI - " (285/286)

Suplentes:

CLEITON KIELSE - RAMAL (311a314)  
RICARDO CHAB - " (367/368)

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 137

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente adiante subscrito, REQUER na forma regimental após ouvido o douto Plenário, seja designado a data de 24 de março próximo vindouro, para realização de sessão solene para outorga

de Título de Cidadania Honorária do Paraná, a Senhora Anita Gaspari Albuquerque, conforme o disposto na Lei nº 11.038, de 03 de janeiro do corrente ano, a ser realizada na data-supra, no Club Social e Recreativo 10 de Outubro, no Município de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 21.02.95  
(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a votação em bloco das Proposições contantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 21.02.95  
(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: JOÃO TECHY.

REQUERIMENTO Nº 104

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Ex-Vereador e Médico Dr. FERNANDO KAMINSKI, ocorrido em Guarapuava no último dia 13 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 21.02.95.  
(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Foi com profundo pesar que a Comunidade de Guarapuava recebeu o passamento do ex-Vereador e Médico FERNANDO KAMINSKI, formado em medicina pela Faculdade de Lisboa, Portugal, suplente de vereador, exerceu o mandato por (duas) vezes em 1985 e 1991.

Como Médico e Vereador, sempre deu atenção especial as pessoas mais carentes do Município de Guarapuava.

REQUERIMENTO Nº 105

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora FLORA PACHECO LUSTOSA, ocorrido no dia 19 de fevereiro, em Curitiba.

Pertencente a uma família cujo nome está intimamente ligado à história de Clevelândia, deixa uma lacuna irreparável no seio da sociedade onde conviveu e ajudou a edificar.

A lembrança de tão distinta figura, merecedora de mais alto conceito, pelos seus valores pessoais, serão sempre motivos enaltecadores de sua memória.

REQUER ainda, que a homenagem desta augusta Casa de Leis seja comunicada à fa-

mília enlutada.

Sala das Sessões, em 21.02.95.  
(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO Nº 106

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor ANTÔNIO APARECIDO DE MORAES, ocorrido no último dia 17 na cidade de Jacarezinho.

Requer ainda, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Senhora MARIA DINAH MORAES - Rua Vereador F.B. Camargo nº 370 (esq. com Rua Particular) - Parque Bela Vista - Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 21.02.95.  
(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor ANTÔNIO APARECIDO DE MORAES veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de toda a comunidade de Jacarezinho.

A vida privou seus familiares do seu convívio, nos corações dos amigos, sua eterna presença.

Que possamos neste momento de enorme tristeza e dor, manifestar nossa solidariedade e conforto aos familiares e amigos do Senhor Antonio Aparecido, diante de irreparável perda.

REQUERIMENTO Nº 120

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar, pelo falecimento do Senhor AVELINO LOPES CONCEIÇÃO, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Pessoa conceituada, de nosso relacionamento de amizade, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência a família enlutada, à rua Julia Carneiro Rosas, 17 - Vila 31 de Março, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.02.95.  
(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 121

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste em Ata da presente sessão voto de pesar, pelo falecimento do Senhor ORLANDO PRIK, ocorrido em Palmerinha.

Pessoa de grande número de amigos, idônea deixa parentes e amigos enlutados.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada à

Rua Bento Ribeiro, 2206 em Palmerinha.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Ex-Vereador e Médico Dr. FERNANDO KAMINSKI, ocorrido em Guarapuava no último dia 13 de fevereiro.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

Foi com profundo pesar que a Comunidade de Guarapuava recebeu o passamento do ex-Vereador e Médico FERNANDO KAMINSKI, formado em medicina pela Faculdade de Lisboa, Portugal, suplente de vereador, exerceu o mandato por (duas) vezes em 1985 e 1991. Como Médico e Vereador, sempre deu atenção especial as pessoas mais carentes do Município de Guarapuava.

#### REQUERIMENTO N° 143

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Povo, pela comemoração dos seus 76 anos de fundação.

Que do teor do presente dê-se ciência ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

É com satisfação que proponho à Assembleia Legislativa requerimento associando-a às manifestações encaminhadas à Gazeta do Povo, por ocasião do 76° aniversário de fundação.

Pouco poderemos acrescentar às justas homenagens já formuladas àquele prestigioso jornal: "líder incontestado dos nossos meios de comunicação", "símbolo do nosso Estado", "patrimônio vivo do Paraná", entre outras.

Não poderia, porém, esta Casa deixar de registrar nos seus Anais o exemplo desse jornal colocado permanentemente à disposição da luta em favor dos interesses do Paraná e dos paranaenses.

A ocasião é propícia, ainda, para destacarmos e agradecermos a distinção que o Poder Legislativo tem merecido por parte desse que é, sem dúvida alguma, um dos maiores jornais do País.

Independência, seriedade, liberdade com responsabilidade, coerência - estas, algumas expressões que bem definem a exis-

tência da Gazeta do Povo ao longo dos últimos 76 anos, participando ativamente da história do Paraná e do Brasil.

Que esta homenagem alcance todos os integrantes da equipe da Gazeta do Povo que, sob a liderança competente do jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, concorrem com seus esforços para o êxito empresarial e jornalístico representado por aquele veículo de comunicação.

#### REQUERIMENTO N° 144

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Congratulações" com o DR. IVO MENDES LIMA, que em data de ontem tomou posse como presidente do Instituto de Engenharia do Paraná - IEP.

Ivo Mendes Lima, formado em engenharia pela Universidade Federal do Paraná em 1974, milita na área classista de Engenharia desde 1970 e, assume esse importante cargo com inúmeras propostas visando a valorização da classe através do reconhecimento da engenharia pela sociedade. Pretende o novo presidente do IEP, "assegurar a presença institucional do IEP junto aos poderes constituídos, principalmente por ocasião dos debates das grandes questões de interesse do Estado".

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dada ciência ao Instituto de Engenharia do Paraná, ao Dr. Ivo Mendes de Lima e que os votos de congratulações sejam extensivos a toda diretoria que ora assume o IEP.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 145

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à Douta Mesa Executiva, a inserção em Ata dos trabalhos da presente Sessão, de "Votos de Louvor e Congratulações" com o Grupo Paraná-Refrigerantes que, em data de ontem entregou a Curitiba mais um espaço cultural, o Centro Cultural Kaith Small.

O novo espaço cultural terá condições de abrigar todo tipo de evento dessa área, desde teatro a exposições de arte ou apresentações musicais. O nome que recebeu o centro, é uma homenagem a senhora Kaith Small, cuja atividade esteve dirigida para a difusão da cultura e promoções em benefício da comunidade.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao Senhor Cristopher Andrew

Woolley, diretor-presidente do Grupo Parana-Refrigerantes.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 107

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado do Meio Ambiente Hitoshi Nakamura, para que sejam desenvolvidos estudos no sentido de viabilizar o repovoamento da Ava Guarã, no litoral do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Com sua plumagem vermelha e vãos que se confundiam com o por do sol no litoral, a ave Guarã, uma das mais cobiçadas e o símbolo do litoral Paranaense, existia há várias décadas em nosso Estado. Hoje desapareceu, existindo apenas no Maranhão e na Ilha de Marajó. Sabemos que o nosso litoral é rico em flora, principalmente para a reprodução da ave Guarã.

Nada mais justo, do que o Secretário do Meio Ambiente, acompanhado de biólogos e Ornitólogos possam repovoar esta espécie significativa para o litoral e todo nosso Estado que é a ave Guarã.

REQUERIMENTO Nº 111

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Transportes, Senhor DENI LINEU SCHWARTZ, solicitando 100.000 metro de lama asfáltica para manutenção das ruas pavimentadas do Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente requerimento a finalidade de atender reivindicação do Prefeito de Mamborê, no qual solicita 100.000 metros de lama asfáltica para recuperação das ruas pavimentadas do Município de Mamborê.

Com as chuvas excessivas e movimentação de veículos pesados transportando a safra da Cooperativa Agropecuária Mourãoense - COAMO, danificou em muito as ruas daquele município.

Assim sendo, esse Parlamentar espera a especial atenção do Secretário de Estado dos Transportes ao exposto.

REQUERIMENTO Nº 112

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ap Exmo. Senhor Secretário de Estado da Educação, Senhor RAMIRO WAHRHAFTIG, solicitando estudos para instalação e funcionamento do curso de 2º Grau no Distrito de Alto São João do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento visa atender justa reivindicação da Câmara Municipal de Roncador, através do dinâmico Vereador Osvaldo Lavezzo, que solicita a viabilidade de estudos para instalação e funcionamento do curso de 2º Grau no Distrito de Alto São João do Município de Roncador.

O aludido Distrito concentra-se uma grande parcela da população do Município de Roncador, onde a população estudantil cresceu consideravelmente.

Sendo assim, a Secretaria de Estado da Educação deve em caráter urgente realizar estudos para sanar essa necessidade do Município de Roncador.

REQUERIMENTO Nº 113

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido ao Exmo. Senhor Diretor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná S/A, solicitando viabilidade de estudos para substituição da Central Telefônica do Município de Roncador.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Tem o presente requerimento a finalidade de solicitar a TELEPAR a viabilidade de estudos para substituição da Central Telefônica do Município de Roncador.

Por ser uma Central com equipamentos antigos, os usuários deparam diariamente com problemas de interferência em ligações, e várias ocorrências que acabam por interferir no bom atendimento aos usuários.

Em meados do segundo semestre de 1994, a Câmara Municipal de Roncador recebeu expediente da TELEPAR, informando da implantação da nova Central no mesmo ano.

Assim sendo, esse Parlamentar espera que a presente solicitação venha a ser acolhida pela TELEPAR, como forma de retribuir aos moradores daquele município o serviço à altura da TELEPAR.

REQUERIMENTO Nº 114

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER, o envio de expediente dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Sr. Nelson Azevedo Jobim, solicitando que determine ao Conselho Nacional de Trânsito, Órgão normativo e coordenador das políticas de trânsito no País, a adoção de medidas de uso obrigatório de faróis acesos, mesmo durante o dia, para os usuários de motocicletas no território nacional.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação partiu de um usuário de motocicletas, cidadão brasileiro, residente na cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, que preocupado com a integridade física de seus concidadãos, considera que se tornando obrigatório a circulação de motocicletas com faróis acesos, diminuirão os índices de acidentes envolvendo este tipo de veículo.

Pois considera que a moto tornar-se-á mais visível, a média e longa distâncias, evitando acredita ele, na maioria dos casos, provocam os acidentes por não verem as motocicletas.

Tal providência segundo nos informa, já foi adotada em outros países do primeiro mundo e, dá-nos ciência inclusive, de que as motos têm um sistema automático de ligação dos faróis tão logo seus motores sejam acionados, restando ao motoqueiro operar apenas a chave de comutação de luz da baixa para alta, medida que pondera, deveria ser adotada pelas montadoras e fabricantes nacionais.

REQUERIMENTO N° 116

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Lubomir Fincinski Dunin, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, solicitando a liberação de recursos financeiros para a construção de duas incubadoras industriais com 444 metros quadrados cada.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Sr. Moysés Mendes, Prefeito Municipal de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 117

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ramiro Wahrhaflig, DD. Secretário de Estado da Educação, solicitando a construção de uma unidade escolar com 06 salas de aulas, com dependências administrativas, e pátio coberto.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado o Senhor Moysés Sanches, Prefeito Municipal.

Sala das Sessões, 21.02.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O município recém criado desmembrou-se de Iporã e carece de muitos equipamentos públicos especialmente na área social, como por exemplo escolas, creches, postos de saúde etc.

A urgência, diante do número de crianças que se encontram fora da escola é a construção dessa unidade escolar.

REQUERIMENTO N° 118

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Professor Ramiro Wahrhaflig, DD. Secretário de Estado da Educação solicitando providências para equipar a Escola Estadual Drumond de Andrade - Ensino de 1º Grau, do Município de Douradina.

Do aprovado requer ainda, seja comunicada a Senhora Lucilia G. Aguiar Pereira, Diretora do referido estabelecimento (Rua Francisco Barrozo, s/n - CEP 87.485-000) e ao Vereador Erminio França de O. Filho.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O pedido insistentemente feito pela comunidade escolar consiste de uma linha telefônica, reforma geral do prédio, conjunto de 30 carteiras, equipamento de educação física e a construção de duas salas de aulas.

A necessidade é demonstrada pelos vários apelos que a Direção e o corpo docente tem feito aos representantes do Governo e as lideranças políticas do município.

REQUERIMENTO N° 122

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Exmo. Sr. Carlos Afonso Teixeira de Freitas, DD. Diretor Superintendente da SANEPAR, substanciado em apelo, determine o setor competente deste Órgão, o problema de falta d'água, nos Bairros Boa Vista, Barreirinha, Abranches, Vila Diana e Vila Krachinski.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

Em razão dos constantes problemas ocasionados pela falta d'água, nos Bairros do Boa Vista, Barreirinha, Abranches, Vila Diana, Vila Krachinski, os moradores des-

tas regiões nos procuraram solicitando um programa saneador para o problema do órgão competente.

Frente ao exposto e em razão das dificuldades que a população enfrenta com a falta d'água até para beber, entendemos a necessidade de providências imediatas em razão da emergência que o assunto exige.

REQUERIMENTO Nº 123

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de esclarecer aos moradores da Rua Pietro Canestraro Filho, Timbu, Maria Eugênia e região, localizadas em Colombo, quanto a desapropriação dos endereços acima, aprovada em 1992, para tratamento dos riachos. Acontece que até a presente data nenhuma providência foi tomada. Inclusive, existem algumas indústrias nas proximidades que continuam despejando detritos industriais nos riachos, dificultando ainda mais a situação dos moradores.

Pedem eles que providências urgentes sejam tomadas, antes que a situação torne-se ainda mais crítica.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 124

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água à Rua Buenos Aires, proximidades do nº 453 - São Gabriel - Colombo.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais alegam que a água chega de madrugada e por volta das 7 horas acaba, dificultando o trabalho das donas de casa.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 125

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Simone P. de Mendonça Nekoneczny, residente à Avenida Presidente Kennedy nº 1840 - ap. 32 - Água Verde, a qual solicita a transferência de

um telefone residencial nº 443-1181, atualmente instalado na Av. Atlântica nº 2109 - ap. 13 - Guaratuba, propriedade do Sr. Aurélio Mendonça.

Ocorre que esse telefone foi dado a Sra. Simone através de herança, a mesma já solicitou várias vezes a transferência à TELEPAR, porém não foi atendida. Maiores informações pedimos contato pelo telefone 342-1102.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 126

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de executar a limpeza do rio localizado na entrada da Praia de Leste, sendo que o mesmo encontra-se muito sujo, causando alagamento nas residências das proximidades.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 127

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo no bairro do Abranchedes, mais especificamente à Rua Carmelina Cavasin.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que chega a ficar sem água até três dias seguidos, causando sérios transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 128

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de concluir a abertura da Rua Joaquim Távora, Bairro Cristina II, Jardim Guaraituba.

O pedido está sendo feito pelos moradores dessa rua, os quais alegam que alguns deles tiveram que fazer um caminho para chegar em suas casas.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 129



Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de proceder a limpeza de um terreno baldio localizado na Rua Terra Boa, ao lado do nº 496 - Vila Pernetá.

O local tem plantação de bambu e a proliferação de ratos e cobras é muito grande, causando pânico em todos os moradores das proximidades.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 130

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de proceder fiscalização em uma construção que está sendo feita na Vila Tarumã, em Pinhais.

Ocorre que nas proximidades há um rio e o proprietário da construção está jogando os entulhos dentro do mesmo, causando uma série de problemas. Melhores esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone nº 267-6129 com a Sra. Eulita Amaral.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 231

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido dos usuários do alimentador Jardim Ana Terra - Colombo, os quais solicitam que seja colocados mais carros nessa linha, bem como solicitam que o terminal seja ampliado, uma vez que é muito pequeno e não está comportando adequadamente todos aqueles que o utilizam.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 132

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua das Palmeiras, proximidades do nº 350 - Jardim Marize, os quais solicitam a passagem da máquina nessa rua, bem como a colocação de saibro.

Alegam também que pagam a taxa de luz há nove anos e não dispõem desse benefício, motivo que os levou a solicitar à Prefeitura providências cabíveis para execução e implantação desses serviços.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 133

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de providenciar a troca de lâmpadas queimadas dos postes do Bairro Lamenha Grande, sendo que à noite a escuridão é total, tornando o local muito perigoso.

Pedem providências urgentes, antes que algum acontecimento mais grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 134

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua Getúlio Vargas - Jardim São Carlos II - Lamenha Grande, os quais solicitam que sejam executados reparos nas ruas do bairro, sendo que as mesmas encontram-se intransitáveis, cheias de buracos e valetões.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 135

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de verificar a possibilidade de atender o pedido feito pelos aposentados, os quais solicitam que o vencimento das contas da COPEL E SANEPAR tenham o vencimento no 1º dia do mês, sendo que eles recebem seus salários somente no último dia do mês e muitas vezes têm que pagar multas.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, solicita envio de expediente ao Governador

do Estado Doutor Jaime Lerner, em caráter de urgência urgentíssima o cancelamento do contrato de comodato, firmado entre o Estado do Paraná e a A.P.A., onde funciona e está instalada a Indústria de Mel, do município de Ponta Grossa, neste Estado.

Informamos, finalmente que o referido contrato de comodato foi firmado entre as partes, em data de 27 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO N° 142

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a ampliação da Escola Estadual Leonor Castellano, ensino de 1º grau, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme poderá ser verificado pelo extenso manifesto anexo, a comunidade em que está localizada a Escola Leonor Castellano solicita a ampliação do estabelecimento a fim de dotar-lhe das condições necessárias para atender à demanda escolar. A reivindicação, que já foi encaminhada à Secretaria da Educação, em gestões anteriores, não mereceu acolhida.

Confiemos nas providências da SEED para verificação das necessidades e viabilização da ampliação ora pleiteada.

#### REQUERIMENTO N° 108

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de ofício ao Exmo. Sr. Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, solicitando prioridade na construção do Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) SÂMIS DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

O Fórum da Comarca de Foz do Iguaçu vem funcionando em instalações precárias, obrigando a administração do município a localizar imóveis para abrigar o Juizado de Pequenas Causas e Zonas eleitorais, bem como o Ministério Público.

Com a finalidade de agilizar a construção do prédio, a Prefeitura efetuou a doação de uma área, em 1991, ao Estado do Paraná, com 11.199,52 m², no entanto, faz-se necessário que o Tribunal de Justiça envie os melhores esforços no sentido de acelerar as providências cabíveis no intuito de que a obra se inicie

com a maior brevidade possível, razão pela qual formulamos este apelo, na certeza de que a comunidade iguaçuense será merecedora da habitual atenção daquela Corte.

#### REQUERIMENTO N° 109

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de Ofício ao Exmo. Sr. Odacir Klein, DD. Ministro dos Transportes, solicitando urgentes providências visando a conclusão do viaduto localizado nas proximidades da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) SÂMIS DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

O referido viaduto, localizado na BR-277, a aproximadamente 1 Km da Ponte da Amizade, cuja construção está sob a responsabilidade do DNER, teve suas obras paralisadas há cerca de um ano, o que vem ocasionando sérios transtornos ao comércio local, constituído de 400 empresas que atuam no ramo de exportação.

Os recursos para o término da obra já estavam previstos no orçamento da União para o corrente exercício, no entanto, foram cortados no início do Governo.

Dessa forma, e diante da grande importância do viaduto, uma vez que redundará no descongestionamento do trânsito sobre a Ponte da Amizade, cessando assim o estrangulamento ocasionado todos os dias naquela via, é preciso que o Ministério dos Transportes envie os melhores esforços objetivando a que os recursos necessários sejam alocados e liberados em caráter de urgência, pois essa obra já se encontra com 60% edificada e deve ser considerada prioritária pelo Órgão, não podendo aguardar mais tempo para a sua conclusão.

#### REQUERIMENTO N° 119

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a organização de um seminário, nos dias 07, 08 e 09 de abril do corrente, para debater a política de saúde de nosso País. Abordaremos no mesmo o seguinte tema: "Saúde em Risco" (perspectivas do SUS), História do SUS, Conselhos de Saúde (sua importância, concepção e caráter) e Organização de Conselhos de Saúde.

Os objetivos deste seminário são, basicamente dois:

1) Aprofundar o debate sobre a importância dos Conselhos de Saúde, e sua implicação na construção do SUS, e no controle social das políticas públicas de saúde.

2) Discutir a participação e intervenção dos conselheiros de saúde do Paraná,

no I Congresso Nacional dos Conselheiros de Saúde a se realizar em 24 e 25 de abril em Salvador-BA.

Portanto, os participantes devem ser prioritariamente, conselheiros municipais e estaduais de saúde, e entre estes, os segmentos dos usuários e trabalhadores do SUS.

Requer, ainda, que as despesas de infraestrutura, como confecção de material de divulgação (convites, folders, cartazes), distribuição e expedição deste material, transporte (duas passagens aéreas (ida e volta) no trajeto São Paulo-Curitiba), hospedagem e alimentação para duas pessoas (24 horas cada uma), serviços de taquigrafia, e cerimonial, corram por conta da Assembléia Legislativa do Paraná (ALEP).

Tal seminário ocorrerá no dia 07 de abril nas dependências da ALEP, no Plenarinho, e nos dias 08 e 09 na Universidade Popular do Trabalho (UPT), e será coordenado pelo Deputado que o presente subscreve.

Outrossim, este seminário contará com o apoio da referida UPT, e do SINDSAÚDE.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) DOUTOR ROSINHA

#### JUSTIFICATIVA:

Dia 07 de abril é o Dia Mundial da Saúde, e achamos oportuno que este Poder organize nesta data um evento. Não algo deslocado da realidade, mas sim voltado para as necessidades da população.

É necessário, para a melhora do atendimento à saúde, que os membros dos Conselhos de Saúde tenham acesso à informação e formação, e é este o nosso objetivo. E, vem casado com a realização do I Congresso Nacional dos Conselheiros de Saúde em Salvador, nos dias 24 e 25 de abril próximo.

Dentre as muitas tarefas que temos, cabe-nos também, debater temas políticos de nossa conjuntura, e este seminário cumpre este papel. Assim, peço o apoio dos Senhores Deputados, aprovando este requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 147

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER ao Excelentíssimo Presidente da Assembléia, o encaminhamento de solicitação de informações ao Sr. Prefeito Municipal de Pinhais, para que possa esta Casa ser informada e esclarecida quanto às notícias que têm sido divulgadas pela imprensa estadual, em relação aos abusivos salários pagos ao Prefeito e Vereadores daquele Município.

As informações que solicita-se são as seguintes:

1. Qual o maior salário para a funcionários do Executivo Municipal cargo em

comissão ou efetivo?

2. Encaminhar cópia das resoluções que fixaram os subsídios do Prefeito e Vereadores.
3. Em quanto importou o subsídio do Prefeito - fixo e representação - no mês de janeiro p.p. ?

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) NEIVO BERALDIN

#### Projetos de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituído o Título de "Mérito Jovem do Estado do Paraná", destinado a homenagear jovens que tenham destaque pela prestação de relevantes serviços à comunidade.

§ 1º - A indicação para a presente homenagem, será precedida de proposta firmada por qualquer parlamentar com assento nesta Casa, endereçada à Mesa Executiva, contendo ampla exposição dos serviços prestados pelo indicado.

§ 2º - A entrega do Título ocorrerá durante as sessões ordinárias, no espaço reservado ao Grande Expediente.

§ 3º - Constarão no Título, impresso tipograficamente:

- a) o brasão do Estado do Paraná;
- b) o Título "Mérito Jovem do Estado do Paraná";
- c) o nome do homenageado;
- d) a expressão: "Do Poder Legislativo do Estado do Paraná, em reconhecimento pelos seus serviços à comunidade";
- e) data e assinatura do Presidente e do 1º Secretário.

Art. 2º - Fica a Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, autorizada a utilizar recursos próprios do orçamento vigente para suprir as despesas decorrentes desta Resolução.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) NELSON TURECK

#### JUSTIFICATIVA:

O Projeto de Resolução em tela, tem por objetivo homenagear os jovens paranaense que tenham se destacado na prestação de serviços considerados relevantes para a sociedade.

O nosso Estado é riquíssimo em lideranças juvenis que desempenham nos municípios, trabalhos brilhantes nas mais diversas áreas.

Acontece que a maioria destes trabalhos permanecem anônimos, tolhido, por

consequente, os privilégios que à sociedade poderiam beneficiar.

A instituição do Título de que trata o presente Projeto, além de reconhecer os jovens atuantes, estimulará aqueles que hoje estão inativos, mas que possuem grande potencial para ser aplicado em benefício dos mais diversos segmentos sócio-comunitários do nosso Estado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam extintos os cargos criados pelos itens II e X, do Art. 1º, da Resolução nº 50/95, de 25 de janeiro de 1995.

Art. 2º - Este Projeto de Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(aa) ANGELO VANHONI

DOUTOR ROSINHA

PÉRICLES MELLO

IRINEU COLOMBO

EMERSON NERONE

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta, visa tão somente a adequação dos cargos criados pela Resolução nº 50/95 à estrutura administrativa desta Assembléia Legislativa, tornando-a mais eficaz, com a redução de cargos dispensáveis ao bom desempenho dos serviços administrativos deste Poder.

RESOLUÇÃO Nº 050/94

DATA: 25 de janeiro de 1995

SÚMULA: Extingue e reestrutura cargos e funções da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, além dos já existentes, os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - 54 (cinquenta e quatro) cargos de Assessor de Gabinete Parlamentar, Símbolo DAS-2;

II - 06 (seis) cargos de Assessor Especial, Símbolo AE-1;

III - 03 (três) cargos de Assessor Especial do Gabinete da Presidência, Símbolo AE-1;

IV - 02 (dois) cargos de Assessor da Primeira Secretaria, Símbolo DAS-5;

V - 02 (dois) cargos de Assessor da Segunda Secretaria, Símbolo DAS-5;

VI - 04 (quatro) cargos de Assessor, Símbolo DAS-5, sendo 01 (hum) para a Primeira vice-Presidência, 01 (hum) para a 2ª vice-Presidência, 01 (hum) para a 3ª Secretaria e 01 (hum) para a 4ª Secretaria;

VII - 14 (quatorze) cargos de Assessor Símbolo DAS-5, sendo 01 (hum) para cada Comissão Permanente, com exceção da Comissão Executiva;

VIII - 10 (dez) cargos de Assessor, Símbolo DAS-5, sendo um para cada Gabinete de Lideranças Partidárias;

IX - 02 (dois) cargos de Assessor Símbolo DAS-5, para a Liderança do Governo;

X - 04 (quatro) cargos de Assessor Símbolo DAS-5, sendo 01 (hum) para o Conselho Parlamentar do Sul, 01 (hum) para a União Parlamentar Interestadual, 01 (hum) para o Bloco Parlamentar Municipalista e 01 (hum) para o Bloco Parlamentar Agropecuário;

XI - 01 (hum) cargo em Comissão, Símbolo DAS-4, de Administrador do Patrimônio Imóvel da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

XII - 01 (hum) cargo em Comissão, Símbolo DAS-5, de Auxiliar de Administrador do Patrimônio Imóvel da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná;

XIII - 01 (hum) cargo de Assessor Símbolo DAS-5, para o Gabinete da Diretoria Geral.

Parágrafo Único - A remuneração mensal do Cargo de Assessor Especial, Símbolo AE-1, fica fixada em R\$ 1.736,39 (hum mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos).

Art. 2º - Ficam transformados em Símbolo DAS-2, os Cargos de Diretores da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 3º - Ficam extintos 226 (duzentos e vinte e seis) cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, conforme especificado abaixo:

- 04 (quatro) cargos de Procuradores, 02 (dois) cargos de Consultores Técnicos às Comissões, 25 (vinte e cinco) cargos de Oficial Legislativo, 25 (vinte e cinco) cargos de Oficial Administrativo, 25 (vinte e cinco) cargos de Auxiliar Legislativo, 25 (vinte e cinco) cargos de Auxiliar Administrativo, 50 (cinquenta) cargos de datilógrafos, 20 (vinte) cargos de Motorista, 15 (quinze) cargos de Digitador, 15 (quinze) cargos de Outros Cursos, 05 (cinco) cargos de Operador, 05 (cinco) cargos de Programador, 05 (cinco) cargos de Consultor Legislativo "B", e 05 (cinco) car-

gos de Consultor Técnico "B".

Art. 4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 1995.

Palácio XIX Dezembro, em 25.01.95

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 016/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Marquinho, no Município de Cantagalo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) CEZAR SILVESTRI

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, tem por objetivos básicos, de acordo com seu Estatuto: promover e incentivar atividades culturais, cívicas, religiosas, recreativas, esportivas e sociais; promover e incrementar a convivência de amizade entre seus moradores; defender os interesses comuns no que concerne a problemas sociais e familiares; promover e incentivar constantemente a Assistência Social.

Por estas e outras razões, que só enaltecem o papel desta Associação perante a sociedade, foi declarada de Utilidade Pública em âmbito Municipal através da Lei nº 235/94, de 12 de abril de 1994.

Por estar de acordo com as Leis Estaduais nºs 8589 e 6994 que estabelecem as normas para declaração de Utilidade Pública, esperamos o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 017/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Com fundamento em transtorno em saúde mental, ninguém sofrerá limitação em sua condição de cidadão e sujeito de direitos, internações de qualquer natureza ou outras formas de privação de liberdade sem o devido processo legal nos termos do Art. 5º, inciso LIV da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A internação voluntária de maiores de idade em hospitais psiquiátricos e estabelecimentos similares exigirá laudo médico que fundamente o pro-

cedimento, bem como informações que assegurem ao internado formar opinião, manifestar vontade e compreender a natureza de sua decisão.

Art. 2º - O novo modelo de atenção em saúde mental consistirá na gradativa substituição do sistema hospitalocêntrico de cuidados às pessoas que padecem de sofrimento psíquico por uma rede integrada e variados serviços assistenciais de atenção sanitária e social, tais como ambulatórios, emergências psiquiátricas em hospitais gerais, hospitais-dia, hospitais-noite, centros de convivência, centros comunitários, centros de atenção psicossocial, centros residenciais de cuidados intensivos, lares abrigados, pensões públicas comunitárias, oficinas de atividades construtivas e similares.

Art. 3º - Fica vedada a construção e ampliação de hospitais psiquiátricos, públicos ou privados, e a contratação e financiamento pelo setor público, de novos leitos nesses hospitais.

§ 1º - É facultado aos hospitais psiquiátricos a progressiva instalação de leitos em outras especialidades médicas na medida em que os leitos psiquiátricos forem sendo extintos, possibilitando a transformação destas estruturas em hospitais gerais ou em unidades de atenção à saúde mental conforme o previsto no Art. 2º desta Lei.

§ 2º - No prazo de 3 (três) anos, contados da publicação desta lei, serão reavaliados todos os hospitais psiquiátricos, visando aferir a adequação dos mesmos ao novo modelo instituído, como requisito para a renovação de licença de funcionamento, sem prejuízo das vistorias e procedimentos de rotina.

Art. 4º - Será permitida a construção de unidades psiquiátricas em hospitais gerais, de acordo com as demandas loco-regionais, a partir de projeto a ser avaliado e autorizado pelas secretarias e conselhos municipais de saúde, seguido de parecer final da Secretaria e do Conselho Estadual de Saúde.

§ 1º - Estas unidades psiquiátricas deverão contar com áreas e equipamentos de serviços básicos comuns ao hospital geral, com estrutura física e pessoal adequado ao tratamento aos portadores de sofrimento psíquico, sendo que as instalações referidas no "caput" não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento) da capacidade instalada, até o limite de 30 (trinta) leitos por unidade operacional.

§ 2º - Para fins desta lei, entender-se-á como unidade psiquiátrica aquela instalada e integrada ao hospital geral

que prestem serviços no pleno acordo aos princípios desta lei, sem que, de qualquer modo, reproduzam efeitos próprios do sistema hospitalocêntrico de atendimento em saúde mental.

Art. 5º - Quando da construção de hospitais gerais no Estado, será requisito imprescindível a existência de serviço de atendimento para pacientes que padecem de sofrimento psíquico, guardadas as necessidades de leitos psiquiátricos locais e/ou regionais.

Art. 6º - As instituições privadas de saúde é assegurada a participação no sistema estabelecido nesta lei, nos termos do Art. 199 da Constituição Federal.

Art. 7º - O novo modelo de atenção em saúde mental, na sua operacionalidade técnico-administrativa, abrangerá, necessariamente, na forma da Lei Federal e respeitadas as definições constitucionais referentes as competências, os níveis estadual e municipais, devendo atender às peculiaridades regionais e locais, observando o caráter do Sistema Único de Saúde.

§ 1º - Os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde, constituirão Comissões de Saúde Mental, com representação de trabalhadores em saúde mental, autoridades sanitárias, prestadores e usuários dos serviços familiares, representantes da Defensoria Pública e da comunidade científica, que deverão propor, acompanhar e exigir das secretarias Estadual e municipais de saúde, o estabelecido neste artigo.

§ 2º - As Secretarias Estadual e Municipais de Saúde disporão de 1 (um) ano, contados da publicação desta Lei, para apresentarem respectivamente, aos Conselhos Estadual e Municipais de Saúde o planejamento e cronograma de implantação dos novos recursos técnicos de atendimento.

Art. 8º - Os recursos assistenciais previstos no Art. 2º desta lei serão implantados mediante ação articulada nos vários níveis de Governo de acordo com critérios definidos pelo Sistema Único de Saúde - SUS -, sendo de competência dos Conselhos Estadual e Municipais de saúde o exame das condições estabelecidas pelas Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, para a superação do modelo hospitalocêntrico.

Parágrafo Único - Os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde deverão exigir critérios objetivos, respectivamente, das Secretarias Estadual e Municipais de Saúde, para a reserva de leitos psiquiátricos indispensáveis nos hospitais gerais, observados os princípios desta lei.

Art. 9º - A implantação e manutenção da rede de atendimento integral em saúde mental será descentralizada e municipalizada, observadas as particularidades sócio-culturais locais e regionais, garantida a gestão social destes meios.

Parágrafo Único - As prefeituras municipais providenciarão em cooperação com os representantes do Ministério Público local a formação de Conselhos Comunitários de atenção aos que padecem de sofrimento psíquico, que terão por função principal, assistir, auxiliar e orientar as famílias, de modo a garantir a integração social e familiar dos que forem internados.

Art. 10 - A internação psiquiátrica compulsória é aquela realizada sem o expresso consentimento do paciente, em qualquer tipo de serviço de saúde, sendo o médico o responsável por sua caracterização.

§ 1º - A internação psiquiátrica compulsória deverão ser comunicada pelo médico que a procedeu, no prazo de 72 horas (setenta e duas) horas, à autoridade do Ministério Público, e quando houver a autoridade da Defensoria Pública.

§ 2º - A autoridade do Ministério Público, ou, quando houver, da Defensoria Pública, deverá emitir parecer sobre a necessidade e legalidade do ato de internação e da manutenção do internamento, desde que exista solicitação neste sentido e que constitua uma junta interdisciplinar composta por 3 (três) membros, sendo um psiquiatra, um psicólogo e um outro profissional da área de saúde mental com formação de nível superior.

Art. 11 - O Ministério Público realizará vistorias periódicas nos estabelecimentos que mantenham leitos psiquiátricos, com a finalidade de verificar a correta aplicação desta lei.

Art. 12 - Aos pacientes asilares, assim entendidos aqueles que perderam o vínculo com a sociedade familiar, e que se encontram ao desamparo e dependendo do Estado, para sua manutenção, este providenciará atenção integral, devendo, sempre que possível, integrá-los à sociedade através de políticas comuns com a comunidade de sua proveniência.

Art. 13 - A Secretaria Estadual de Saúde, para garantir a execução dos fins desta lei, poderá cessar licenciamentos, aplicar multas e outras punições administrativas previstas na legislação em vigor, bem como expedir os atos administrativos necessários a sua regulamentação.

Art. 14 - No prazo de 3 (três) anos, contados da publicação desta lei, o novo

modelo de atenção em saúde mental será reavaliada quanto aos seus rumos e ritmo de implantação.

Art. 15 - Compete aos Conselhos Municipais de Saúde, observada as necessidades regionais e com a homologação do Conselho Estadual de Saúde a definição do ritmo de implantação da rede de atendimento integral em saúde mental.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.95

(a) DOUTOR ROSINHA

PROJETO DE LEI Nº 018/95  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É considerado equipamento obrigatório o cinto de segurança no ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná.

Art. 2º - As empresas de transporte coletivo intermunicipais, terão o prazo de 90 (noventa) dias, a partir da vigência desta lei, para providenciarem a instalação de cintos de segurança em seus ônibus.

Art. 3º - O não cumprimento desta lei provocará nas empresas responsáveis a punição prevista no Código Nacional de Trânsito (Lei 5.108 de 22.09.66) a Revoluções do Conselho Nacional de Trânsito que tratam sobre cintos de segurança.

Parágrafo Único - Ocorrendo reincidência, caberá à Autoridade Estadual competente, aplicar penas de suspensão e cassação da concessão das linhas em que ocorrer a infração.

Art. 4º - O Governo Estadual, através de Decreto, regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Tem sido positiva a implantação do uso de cinto de segurança nos veículos particulares. É fato insofismável que o cinto de segurança reduz as chances de acidentes fatais.

É no mínimo estranhável que tal obrigatoriedade não se estenda aos passageiros de ônibus, particularmente naqueles que transitam por rodovias, em viagens de longas distâncias.

Visando corrigir esta falha e procu-

rando dar maior segurança ao usuário, estamos propondo que todo ônibus que opera em linhas intermunicipais no Paraná, seja equipado com cinto de segurança.

Temos convicção de que esta providência simples, será recebida pelos usuários, como uma medida que proporcionará maior segurança e proteção à vida.

Pelo relevante alcance social que enseja a presente proposta, contamos com o apoio dos Nobres Pares com assento nesta Colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 019/95  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os recursos arrecadados, provenientes da aplicação das Leis 8.328 de 23 de junho de 1986, da Lei nº 8.521 de 06 de julho de 1987, da Lei nº 9.114 de 10 de novembro de 1989, da Lei nº 10.666 de 17 de dezembro de 1993, do artigo 4º, parágrafo único da Lei nº 11.017 de 28 de dezembro de 1994, da Lei nº 11.035 de 02 de janeiro de 1995, serão destinados à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, especificamente para programas de assistência ao menor.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, mediante Decreto, regulamentará esta lei e procederá os ajustes ao Orçamento vigente, num prazo de 30 (trinta) dias, a contar de sua publicação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.02.95.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: João Techy, Antonio Belinati, Nelson Garcia e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Os recursos previstos nesta lei deverão ser destinados à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, para programas de assistência ao menor.

Tais recursos são provenientes de Leis Estaduais instituidoras de concursos de prognósticos, sorteios diversos e de outras que versam sobre taxas e/ou outros emolumentos.

Esta proposição decorre, da necessidade de concentrar estes recursos, para programas prioritários que afligem a nossa população, tal como o é o do menor.

Neste sentido contamos com a aprovação dos Senhores Deputados para tal propositura.

LEI Nº 11.035

DATA: 02 de janeiro de 1995.

SÚMULA: Institui normas gerais sobre sorteios da modalidade denominada "Bingo" e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - A realização de sorteios destinados a angariar recursos para o fomento de desporto, dentro dos limites territoriais do Estado do Paraná dependerá de prévia autorização do Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Parágrafo Único - Os sorteios ou similares realizados fora das condições estabelecidas nesta Lei ficam subordinados aos dispositivos da Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971 e do Decreto nº 70.951, de 09 de agosto de 1972, mesmo quando se tratar de entidade desportiva de administração ou de prática, buscando recursos para o fomento do desporto.

Art. 2º - A autorização para a realização do sorteio, exigida no artigo anterior, somente será concedida às pessoas jurídicas de natureza desportiva, previamente credenciadas, que comprovem estar quitas com os tributos federais, com a seguridade social e com os tributos estaduais e municipais da sede da pessoa jurídica.

Parágrafo Único - A entidade desportiva autorizada poderá utilizar da sociedade comercial para administrar a realização de sorteio, mediante contrato registrado no Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 3º - a forma de comprovação de atividade e participação em competições oficiais de que trata o art. 57, da Lei nº 8.672, de 1993, para feito de credenciamento mencionado no artigo anterior, será fornecida, no mínimo, por:

I - Entidades de administração do desporto do Estado do Paraná e seus municípios, comprovando a atuação regular e continuada na gestão da modalidade em sua área de atuação, com a realização de todas as competições oficiais obrigatórias do calendário, fornecido pelo órgão público legalmente incumbido da coordenação do sistema de desportos no Estado do Paraná.

II - Das entidades de prática, comprovante de filiação em entidades de administração de quaisquer dos sistemas do desporto e declaração de participação efetiva na última competição oficial concluída em, no mínimo, três modalidades olímpicas, fornecidas pelas entidades de administração a que se referirem.

Art. 4º - O total dos recursos arrecadados em cada sorteio terá a seguinte destinação:

I - Sessenta e quatro por cento para

premiação, incluída a parcela correspondente ao imposto sobre a renda e outros eventuais tributos;:

II - um por cento para a administração dos serviços pela SERLOPAR;

III - trinta e cinco por cento para a entidade desportiva autorizada a aplicar em projetos ou atividades de fomento do desporto e custear as despesas de administração e divulgação.

Art. 5º - Em qualquer hipótese, a autorização para a realização dos sorteios, de que trata o art. 1º desta Lei, dependerá de prévia aprovação dos recursos obtidos conforme dispõe o inciso III do artigo anterior.

Art. 6º - Os sorteios mencionados no Artigo 1º desta Lei ficam restritos à utilização das seguintes modalidades lotéricas:

I - BINGO: loteria em que se sorteiam ao acaso, números de 01 até 90, mediante sucessivas extrações, até que um ou mais concorrentes atinja(m) o objetivo previamente determinado, utilizando processo isento de contato humano que assegure integral lisura aos resultados.

II - SORTEIO NUMÉRICO: sorteio de números, tendo por base os resultados das loterias Federal e do Estado do Paraná.

III - BINGO PERMANENTE: a mesma modalidade prevista no inciso I, com a autorização para ser aplicada nas condições específicas nesta Lei;

IV - SIMILARES: outras modalidades previamente aprovadas com aplicação restrita no âmbito do Estado do Paraná.

§ 1º - Os sorteios da modalidade BINGO e SORTEIO NUMÉRICO poderão ser articulados com a realização de eventos desportivos, sendo obrigatória, nesses casos, a entrega dos prêmios aos vencedores, durante as competições.

§ 2º - Nos sorteios da modalidade BINGO PERMANENTE, as entidades autorizadas obrigam-se a instalar sala de BINGO com capacidade de, no mínimo, 500 participantes sentados, com horário de funcionamento determinado, em sua sede ou fora dela, mas sempre sob exclusiva responsabilidade que dispunha do sistema de extração de números requerido, bem como dos sistemas de circuito fechado de televisão e de difusão de som, que permitam a todos os participantes perfeita visibilidade de cada procedimento dos sorteios, e de seu permanente acompanhamento. É permitido o uso de sistemas eletrônicos, de comprovada segurança, que possibilitem o total controle da arrecadação e do pagamento dos prêmios.

§ 3º - Os salões de BINGO PERMANENTE poderão funcionar com sessões diárias programadas para a realização de diversos e



sucessivos sorteios, integrados ou independente um dos outros.

§ 4º - É vedada a venda de cartelas fora dos salões de BINGO PERMANENTE.

§ 5º - Os sorteios de modalidades similares poderão ocorrer por processos eletrônicos de comprovada segurança e previamente aprovados pelo Serviço da Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR.

Art. 7º - Ao final de cada sorteio serão distribuídos os respectivos prêmios, cujo valor total corresponderá ao previsto no inciso I do art. 4º desta Lei e cuja natureza - dinheiro, cheque, bens ou serviços - precisamente discriminada, sendo de prévio conhecimento de todos os participantes.

§ 1º - Em qualquer caso, os participantes premiados terão o prazo de até noventa dias para reclamar seus prêmios, findo do qual serão entregues ao Governo do Estado do Paraná para doá-los a entidades filantrópicas.

§ 2º - As sessões de sorteio serão registradas em ata redigida simultaneamente com a sua realização ou por processos informatizados de comprovada segurança que arquivem as informações pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a realização de cada evento.

Art. 8º - É vedado o acesso de menores de 18 anos de idade no ambiente dos sorteios do BINGO PERMANENTE.

Art. 9º - O Serviço de Loteria do Estado do Paraná - SERLOPAR, fiscalizará as entidades que realizarem os sorteios autorizados, conforme previsto no Artigo 1º desta Lei, sujeitando os que não cumprirem o plano de distribuição de prêmios ou disvirtuarem sua finalidade, às seguintes penalidades, cumulativamente:

I - cassação da autorização;

II - proibição de realizar novos sorteios pelo prazo de cinco anos;

III - perda dos bens prometidos em prêmio, se estes ainda não tiverem sido entregues, ou multa igual ao valor dos mesmos, nunca inferior a 50 reais a serem recolhidos à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, se os prêmios já tiverem sido entregues ou não forem encontrados.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 02.01.95

ORLANDO PESSUTI  
Presidente

LEI Nº 11.017

DATA: 28 de dezembro de 1994

SÚMULA: Introduz alterações na Lei nº

8.925, de 28 de outubro de 1988, que dispõe sobre Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, as seguintes alterações:

Alteração 1ª os §§ 4º e 5º e o inciso II do § 6º do art. 3º passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentado-lhe o § 7º:

"§ 4º - O valor a que se refere o "caput" deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, uniforme em todo o território paranaense, será expresso em moeda corrente, convertido em Fator de Conversão e Atualização (FCA) no dia do seu vencimento, para aplicação do FCA vigente no dia do pagamento do imposto.

§ 5º - Caso o valor do imposto apurado resultar em montante inferior a uma Unidade Padrão do Paraná - UPF/PR, ter-se-á como carga tributária este valor, tomando-se por referência a Unidade do mês do vencimento do imposto."

"6º - . . . . .

II - reconvertidos em moeda corrente pelo FCA do dia do pagamento do imposto."

"§ 7º - Os veículos com mais de 10 (dez) e menos de 15 (quinze) anos de fabricação terão, como base de cálculo, 92% do valor do veículo fabricado no ano imediatamente posterior. Os veículos nacionais e estrangeiros, respectivamente, com mais de 15 (quinze) e mais de 25 vinte e cinco anos de fabricação ficarão isentos do imposto I.P.V.A."

Alteração 2ª o art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no DETRAN na categoria aluguel ou espécie carga;

II - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para veículos pertencentes às empresas locadoras e destinados à locação;

III - 2% (dois por cento) para os demais veículos."

Alteração 3ª os incisos II e III do art. 8º passam a vigorar com a seguinte redação:

"II - para o caso previsto no inciso IV do § 1º do art. 2º, o IPVA terá seu vencimento no dia da ocorrência do fato gerador, podendo ser pago, atualizado monetariamente, sem multa e juros:

a) até a data do licenciamento adotada pelo Órgão Estadual de Trânsito;

b) até a data fixada na Instrução a que se refere o "caput", para as embarcações.

III - O pagamento do imposto poderá ser feito em até três parcelas iguais".

Alteração 4.<sup>a</sup>, o artigo 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - Os infratores da legislação do IPVA ficam sujeitos a seguintes penalidades:

I - multa equivalente a 30% (trinta por cento), do valor do imposto não pago;

II - multa equivalente ao valor de duas unidades Padrão do Paraná - UPF/PR, ao sujeito passivo que não efetuar o cadastramento de embarcações, na forma e no prazo estabelecidos em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - A multa prevista no inciso I será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a) no 1º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento para 1% (um por cento);

b) do 2º ao 15º dia, contados da data indicada na alínea anterior, para 10% (dez por cento);

c) do 16º ao 30º dia, contados da data indicada na alínea "a", para 20% (vinte por cento).

§ 2º - A multa de que trata o inciso I será aplicada sobre o valor do imposto atualizado monetariamente."

Alteração 5.<sup>a</sup>, fica revigorado o inciso III do art. 14 com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o inciso IX:

"III - nacionais e estrangeiros, respectivamente com mais de 20 e 25 anos de fabricação, excetuadas as embarcações;"

"IX - tipo embarcação de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira."

Alteração 6.<sup>a</sup>, os §§ 1º e 2º do art. 16 passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - o cadastro de veículos deverá ser mantido atualizado:

a) pelos órgãos estaduais de trânsito;

b) pela Secretaria de Estado da Fazenda, na forma estabelecida em Instrução, relativamente às embarcações.

§ 2º - O Departamento Estadual de Trânsito não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, excetuadas as embarcações sem quitação integral do imposto devido."

Art. 2º - Para os efeitos do § 4º do

art. 3º da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, fica aprovada a Tabela de valores em anexo, para cobrança do IPVA do exercício de 1995.

Art. 3º - Os proprietários de embarcações, com registro de matrícula na capitania dos portos do Estado, deverão cadastrá-las, obrigatoriamente, até 28 de fevereiro de 1995, no cadastro de embarcações da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 4º - Os recursos arrecadados sobre a aplicação das alíquotas de embarcações serão destinados a programas gerais de assistência ao menor e de natureza social, geridos pelo Gabinete da Governadoria.

Parágrafo Único - A prestação de contas correspondentes será feita de acordo com a legislação vigente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1995.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,  
em 28 de dezembro de 1994

(aa) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado  
GLÁUCIO JOSÉ GEARA

Secretário de Estado da Fazenda

LEI Nº 10.666

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SÚMULA: Dispõe que as alíquotas das Tabelas que trata o art. 4º da Lei nº 7.257, de 30.11.79, com suas alterações posteriores, ficam acrescidas, na Tabela 4, classificação 4.2., da alíquota 4, conforme anexo.

Art. 1º - As alíquotas das Tabelas de que trata o art. 4º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1979, com suas alterações, ficam acrescidas, na Tabela 4, classificação 4.2., da alíquota 4.2.6., conforme Anexo desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,  
Em 17 de dezembro de 1993.

(aa) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado  
JOSÉ MOACIR FAVETTI  
Secretário de Estado da  
Segurança Pública

ANEXO DE QUE TRATA O ARTIGO 19.

CLASSI- FICAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO	ALÍQUOTAS			Cr\$
		ANUAL	MFNSAL	POR VOTO/ DIA/UNID.	
.....	.....				
.....	TABELA 4				
	.....	.....	.....		
4.2	Alvará para:			.....	
	.....			.....	
.....	.....			.....	
4.2.6	Alvarás para bingo ou similares			5.000%	
.....	.....	.....	.....	.....	

LEI Nº 9.114

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SÚMULA: Altera conforme especifica a Lei nº 8.521, de 06 de julho de 1987.

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 8.521, de 06 de julho de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, como modalidade da Loteria Estadual, concurso de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números, promovidos em datas prefixadas, com distribuição de prêmios mediante rateio, e outras modalidades de apostas do seu interesse".

Art. 2º - Acrescenta o art. 5º na Lei 8.521, de 06 de julho de 1987, com a seguinte redação:

"A implantação e regulamentação de nova modalidade de apostas, será baixada pelo Governador do Estado, mediante Decreto, propostas do Secretário da Fazenda, a qualquer tempo".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,  
em 10 de novembro de 1989.  
(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

LUIZ CARLOS JORGE HAULY  
Secretário de Estado da Fazenda

LEI Nº 9.535

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SÚMULA: Altera conforme especifica a Lei nº 8.521, de 06 de julho de 1987, alterada pela Lei nº 9.114, de 1º de novembro de 1989.

Art. 1º A Lei nº 8.521, de 6 de julho de 1987, com a alteração pela Lei nº 9.114, de 1º de novembro de 1989, fica acrescida de artigo 6º e parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 6º - É proibida a venda de bilhetes e equivalente, em qualquer modalidade de loteria ou concursos de prognósticos promovidos pelo Estado do Paraná, para crianças e adolescentes.

Parágrafo Único - No caso de infração ao disposto neste artigo, os responsáveis pela venda, independentemente das demais penalidades previstas em lei, ficarão impedidos de promover, direta ou indiretamente, qualquer modalidade de loteria ou jogo de azar no Estado do Paraná".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,

em 16 de janeiro de 1991.  
(aa) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

ADELINO RAMOS  
Secretário de Estado  
da Fazenda

ANEXO de que trata o art. 1º.

VIGÊNCIA	10. 01 DEZEMBRO DE 1991					PAGAMENTO	
	A	B	C	D	E	FAZENDA DO GOV. DO PARANÁ - RECEITA DE IMPOSTOS, INTERMUNICIPAIS OPERACIONAL DA ALMOXARFE (1601/401/300)	FAZENDA DO GOV. DO PARANÁ - RECEITA DE IMPOSTOS E INTERMUNICIPAIS OPERACIONAL DA ALMOXARFE (1601/401/300)
V	55.110,63	61.341,18	65.146,43	65.427,91	71.847,23	4.204,75	1.574,44
B	55.431,76	61.107,05	61.157,07	64.151,67	67.210,41	4.204,75	1.574,44
C	51.721,65	54.581,34	57.073,15	55.574,36	61.867,54	4.204,75	1.574,44
D	44.337,52	46.581,55	41.674,55	51.370,31	53.151,53	1.574,44	1.574,44
E	24.903,18	24.153,01	32.151,70	35.845,03	34.315,03	-	-

LEI Nº 8.521

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a instituir concurso de prognósticos sobre sorteio de números, conforme especifica.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, como modalidade da Loteria Estadual, concurso de prognósticos sobre o resultado de sorteios de números, promovido em datas prefixadas, com distribuição de prêmios mediante rateio.

Art. 2º - O resultado líquido do concurso de prognósticos, de que trata o artigo anterior, obtido depois de deduzidas, do valor global das apostas computadas, as despesas de custeio e de manutenção do serviço, o valor dos prêmios e as cotas dos encargos sociais, incidentes sobre a receita bruta de cada sorteio, destinar-se-ã às aplicações de programas e projetos de interesse social, esportivo e cultural.

Art. 3º - O concurso de prognósticos de que trata esta Lei será regulamentado

através decreto, a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo, por propostas da Secretaria de Finanças, 120 (cento e vinte) dias após a publicação da presente Lei, o qual disporã obrigatoriamente, sobre a realização do concurso, fixação dos prêmios, o valor unitário das apostas, o limite das despesas com o custeio e a manutenção do serviço, bem como sobre a destinação e aplicação dos programas e projetos que trata o artigo 2º.

Art. 4º - O Poder Executivo fica autorizado a, mediante convênios a serem firmados com outros Estados limítrofes, estabelecer, para em regime de co-participação visando a diluição de custos e divisão proporcional da renda líquida, a instituição do concurso de que trata esta Lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA,  
em 06 de julho de 1987.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado  
LUIZ CARLOS JORGE HAULY  
Secretário de Estado  
da Fazenda

# Diário

## ESTADO DO

Nº 2.302

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 8

### Atos do Poder Executivo

LEI Nº 532

Data 23 de junho de 1986.

Súmula: Dispõe que os recursos arrecadados com base nos dispositivos que específica serão destinados a programas de assistência ao menor e de natureza social e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º — Os recursos arrecadados com base nos termos do art. 4º, da Lei nº 7.812, de 29 de dezembro de 1963, Parágrafo Único, do art. 1º, da Lei nº 8.065, de 26 de outubro de 1964, § 1º do art. 1º, da Lei 8.067, de 28 de dezembro de 1964, art. 3º da Lei nº 8.217, de 31 de dezembro de 1965, serão destinados a programas para a assistência ao menor e de natureza social, aprovados pelo Poder Executivo.

Art. 2º — Os programas poderão atender despesas de emergência, alimentação, assistência médica, higiene, bolsas de estudo, construção de escolas, hospitais, creches e encaminhamento de carentes.

Art. 3º — As entidades participantes apresentarão, para a habilitação exigida, prévio Plano de Aplicação, descrevendo as despesas de custeio e investimento necessárias para as operações.

Art. 4º — A Prestação de Contas correspondente, será feita de acordo com o disposto no art. 27, Parágrafo Único, da Lei nº 5.615, de 11 de agosto de 1967, alterado pelo art. 1º, da Lei nº 6.473, de 31 de outubro de 1973.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 23 de junho de 1986.

JOAO ELISIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

Gerolde Augusto Haper

Secretário de Estado das Finanças

Luiz Cordoni Júnior

Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

Jesus Sarrão

Secretário de Estado da Segurança Pública

SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) — Passaremos ao Pequeno Expediente. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ex-Presidente Orlando Pessuti bastante alegre hoje.

Gostaria Sr. Presidente e Srs. Deputados, de aqui apresentar os números reais da educação de Ponta Grossa, que ontem o Deputado Adur, não sei daonde ele encontrou esses números que disse que o Estado havia fornecido, ou eu não sei o Estado do Paraná, no Governo passado para o Prefeito não ser favorável ao Governo tinha dados

eu acho que foram encontrados na lua.

Porque os dados que recebemos do Município — ainda ontem conversávamos com a Secretária — dá conta de que Ponta Grossa não tem só 1.400 alunos no que se refere às escolas do Município. Pelo contrário, é um número bem maior, ou seja, 21.591 alunos na rede do Município de Ponta Grossa. E questiono aqui o Deputado Renato Adur: donde que ele conseguiu esses números que o nosso Município estaria comparado — não desmerecendo ao Deputado Nelson — a Luiziana, de que teremos apenas 1400 alunos.

No ano de 1993 o nosso Município de Ponta Grossa aplicou 33%, dados que foram

O  
do ex  
de 02  
setem  
bro  
sob  
Re  
com  
art.  
Esta  
critic  
ca d  
vidu  
Nive  
por  
de 2  
mor  
ção  
Cu  
da I  
JO  
Go  
W  
Se  
O  
uso  
dis  
Fed  
do  
de  
R  
REI  
car  
da  
Sa  
ra  
par  
C

aprovados pelo Tribunal de Contas do Estado, foram 33% na educação. 1994, dados que a Secretaria de Educação de Ponta Grossa nos passou, dá conta de que 29.80% foram aplicados nesse ano de 1994 que passou.

Então, a gente fica preocupado, não sei donde vieram esses dados. E é muito fácil chegar aqui e falar que Ponta Grossa não fez, quando só se fala, quando não se tem um documento na mão. Então, a gente lamenta profundamente isso porque existe uma coisa muito bem feita nesse Governo atual que é de que está havendo uma concorrência entre as cidades que melhor tiveram educação neste Paraná, as que melhor se posicionarem, elas terão mais recursos, mais verbas. E de repente começa a conversa fiada de que Ponta Grossa não está aplicando o que deveria aplicar.

E aqui então fica já destacada aos Srs. Deputados, Sr. Presidente, de que Ponta Grossa está aplicando muito mais do que determina o orçamento no que se refere a educação. Eu até queria saber donde vieram esses dados, se o Governo do Estado passado arrumou esses dados não sei donde, e porque que Ponta Grossa não municipalizou? Não municipalizou porque alguns Municípios do Paraná não receberam nada na municipalização; e Ponta Grossa, por estar do outro lado, ficaria sem condições.

Então, por isso o Município de Ponta Grossa resolveu não municipalizar. Então, gostaria que ficasse registrado nesta Casa, não estou aqui defendendo o Prefeito Municipal, mas estou defendendo o Município de Ponta Grossa e os seus habitantes por aquilo que foi falado e que não é uma verdade. Então, fica registrado isso aqui nos Anais desta Casa de que o Município de Ponta Grossa está aplicando em educação, está preocupado em educação sim, e jamais concordaríamos que não o fizesse.

Outro assunto que nos traz a esta Tribuna, Srs. Deputados e Sr. Presidente, é o fato que aconteceu no apagar das luzes do Governo passado, quando na calada do apagar das luzes, deste Governo que se foi, se assinou um comodato, em Ponta Grossa, cedendo as instalações da usina de mel, de Ponta Grossa, que fica nas instalações da CODAPAR, para Associação Paranaense de Apicultores. E essa Associação tem hoje um documento assinado que tem validade até o final desse ano, onde essa Associação quer ir lá, em Ponta Grossa, e retirar, lá daquele pólo que Jaime Lerner vai criar, quer retirar a usina de mel que pertence aos Campos Gerais. E isso foi assinado até em circunstâncias complicadas, porque foi assinado no dia 27 de dezembro, há poucos dias da entrada do novo Governo.

E estou fazendo um requerimento, que dou entrada hoje nessa Casa, vindo ao Governador do Estado do Paraná, Jaime Ler-

ner, que suspenda esse comodato, porque isso não é legal. Afinal o plano de Governo do Lerner estabelece que as cidades terão os seus pólos, e Ponta Grossa será uma cidade pólo. E no que se refere à usina de mel, automaticamente já está toda ela montada, está preparada, está prestes a funcionar. E esta mesma usina, Srs. Deputados, Sr. Presidente, essa mesma usina ficou três anos abandonada, esquecida, arrebitada, lá em Ponta Grossa! E agora querem tirar esta usina para trazer aqui para Curitiba, tirando dos Campos Gerais esse direito que está lá, está montado, está num prédio, e é só funcionar. E existe a vontade da Associação dos Apicultores da região, de formar ali um grande pólo de mel, é o que pretende o Governador do Estado e que o Município de Ponta Grossa e os Campos Gerais querem fazer.

Então gostaria de deixar registrado nessa Casa, de que este fato lamentável aconteceu na calada dos últimos dias do Governo passado e que não deveria ter sido feito, porque dessa forma este tipo de atitude, em situação política meio complicada, deixa uma dúvida no ar, principalmente lá em Ponta Grossa e nos Campos Gerais.

E nós aqui queremos que essa usina de produção de mel fique onde está e não seja um comodato, assinado de última hora, que venha mudar aquilo que foi pregado pelo Governador atual, que é transformar as regiões, Ponta Grossa e tantas outras em pólo industrial.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos aqui deixar registrado este pedido, para que Ponta Grossa e os Campos Gerais não venham a perder essa usina. Há vista que aqui na Capital já tem, a Associação Paranaense já tem, não sei o que querem? Estou achando que eles vão querer fazer aí um monopólio de mel, no Paraná, para acabar com essas pequenas usinas que se têm no interior! E Ponta Grossa merece, deve ter essa oportunidade e eu acho que o Governador do Estado pode fazer isso.

Então gostaria de deixar esse registro aqui e que a gente lamenta, lamenta que há poucos dias do encerrar de um Governo simplesmente a gente vê um contrato assinado em situação duvidosa e complicada.

Era isso que eu gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Péricles Mello.

O SR. PÉRICLES MELLO - Sr. Presidente Anibal Khury, Srs. Deputados.

É a primeira vez que subo à Tribuna desta Assembléia Legislativa. Quero, inicialmente, saudar a todos os Deputados

desta Casa, para nesses quatro anos, com nossa luta, nossas propostas, nós possamos construir um Paraná mais humano, fraterno, mais justo e democrático.

Registro a presença nesta tarde de Líderes da região Sul do Paraná, pequenos produtores rurais: Joanes Markovicz Dirigente do Sindicato Rural de Irati; Airtton M. dos Santos, do Sindicato Rural de São João do Triunfo; Antônio da Cruz, Vereador e dirigente Sindical de Paulo Frontin; Darci R. da Silva, do Sindicato Rural de Rebouças; José Przybysewski vice-Presidente de Palmeiras e Dirigente do Sindicato de Trabalhadores Rurais; Luiza da Silva dirigente do Sindicato de Rebouças; Marcos Rochinski Presidente do Sindicato Rural de Palmeiras.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná que teve sua história marcada não apenas por gaúchos que vieram conquistar o Oeste e o Sul do Oeste, temos caboclos da região dos Campos Gerais, mas também temos poloneses, russos, alemães que se dirigiram à região Centro Sul do Estado para construir com o seu trabalho a nossa esperança.

O Paraná que é dos Estados do País que tem a maior concentração do País de pequenos produtores rurais, mais de 33% dos pequenos produtores da região Sul vivem e trabalham no nosso Estado. O Paraná, a partir de 70 começa a viver o primeiro ciclo trágico com relação ao pequeno produtor. Apenas na década de 70 a 80 mais de um milhão e duzentas mil famílias de pequenos agricultores foram expropriados, perderam suas terras e se dirigiram no ciclo trágico de suas existências na conquista de novas terras no Mato Grosso, no Norte e Oeste do Brasil, ou então vieram aumentar a periferia sofrida das grandes, médias e mesmo pequenas cidades do nosso Estado.

Pois bem, nós temos medo de que nesse novo período que se inicia de neoliberalismo, uma nova tragédia camponesa se repita em nosso Estado.

Graves problemas começam a aparecer, não bastasse a situação do crédito agrícola a que só o grande produtor tem acesso, entra ainda a questão do MERCOSUL onde se fala apenas em capital, em produtividade, e não se fala na existência de seres humanos.

Essa tragédia começa a aparecer agora no início do Governo Lerner. Do mesmo Governo Lerner que acaba de vetar um Projeto aprovado por unanimidade nessa Casa prevendo o seguro agrícola ao pequeno produtor rural com o avanço do neoliberalismo.

As fortes chuvas que ocorreram no mês de janeiro vêm revelar ao lado duro da existência dos produtores rurais. Se documentos da FETAEP revelam que houve 50% de

perda, em média, da safra de feijão, é preciso que se diga que mais de 90% dos produtores de feijão do Paraná são pequenos produtores. E desses pequenos produtores na Região Centro Sul do Paraná, 90% são pequenos produtores, ou seja, uma das regiões com o mais alto índice de concentração da pequena propriedade da terra, pequenos produtores, meeiros, e parceiros, nessa região a perda foi muito maior, do ponto de vista geral podemos falar em 80%, porque se é verdade que apenas 40% foi deixado de colher, outros 40% colhidos não têm qualidade, nem o Governo e as cooperativas aceitam porque é feijão do tipo cinco.

Se tivéssemos tempo para ler neste Plenário as várias cartas da comunidade organizada que chegaram até nós, por exemplo, a carta de Mallet, Irati, cartas que falam já, de suicídio de pequenos produtores rurais, seis pequenos produtores rurais, a carta de Mallet, registra que se suicidaram na Região Sul, porque perderam tudo que tinham.

Porque esses produtores a quase totalidade não têm acesso ao Crédito Agrícola, não têm acesso mesmo ao Pânico Cheia, tal burocratização, as exigências que os créditos Federais, Estaduais, colocam em cima do pequeno produtor.

Chega um momento que não bastam as boas intenções.

Li a Lei Agrícola, votada no Paraná, que fala dezena de vezes do pequeno produtor, mas na hora de se escolher o Conselho do Desenvolvimento Rural, existe apenas uma representação de pequeno produtor Conselho, que é o Representante da FETAEP a maioria das representações diz respeito ao grande proprietário rural, ao grande capitalista da agricultura.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é necessário que o Governo Lerner que traz como proposta, o assentamento de sessenta mil famílias em vilas rurais. Nós sabemos que são 416 mil famílias do Paraná de pequenos produtores. Esse Governo que fala no assentamento de 60 mil famílias, tem que imediatamente nessa situação de emergência de calamidade pública, porque passa os pequenos produtores, principalmente na Região Sul, tomar uma iniciativa urgente. Com esse objetivo estive-mos sábado passado em São Mateus do Sul, reunidos com mais de 30 lideranças, de que pequenos proprietários e pequenos produtores rurais e esses produtores, junto com Representante da FETAEP discutiram e votaram uma Pauta de reivindicações que estaremos hoje às 15:30 horas entregando junto com essas Lideranças ao Secretário da Agricultura Hermas Brandão.

Para que se tenha uma idéia dessas reivindicações passo a ler aos Senhores

Deputados, a carta de reivindicações dos pequenos produtores rurais da região Sul do Paraná. (LÊ):

"CARTA DE REIVINDICAÇÕES DOS  
PEQUENOS PRODUTORES RURAIS  
DA REGIÃO SUL DO PARANÁ

Em reunião realizada dia 11 de fevereiro de 1995, na Cidade de São Mateus do Sul, nós, representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Associações de Pequenos Produtores Rurais dos Municípios de Palmeira, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Irati, Mallet, Rebouças, Rio Azul, Paulo Frontin, General Carneiro, Paula Freitas, União da Vitória, Bituruna, Teixeira Soares, Imbituva, Prudentópolis, Reserva, Telêmaco Borba, Porto Vitória, Lapa, Antonio Olinto, Cruz Machado e Inácio Martins, analisamos a atual situação da agricultura face às últimas chuvas e decidimos pela presente carta de reivindicações.

Os municípios citados tem a sua produção agrícola sustentada principalmente nos pequenos produtores e a economia da região gira basicamente em torno da agricultura.

Somos dezenas de milhares de famílias que tem o seu sustento e a sua economia baseada unicamente na produção agrícola da sua pequena propriedade.

As últimas fortes chuvas que ocorreram de forma prolongada trouxeram significativos prejuízos para a agrícola da região, principalmente ao feijão, acarretando uma perda acima de 80% da produção prevista.

Face à situação desesperadora dos pequenos produtores rurais fazemos as seguintes reivindicações, em caráter de emergência:

AO GOVERNO DO ESTADO:

1. Abertura de Linha de Crédito para Manutenção Familiar pelo BANESTADO.

Concessão de um salário mínimo por mês para cada família até a nova safra, sem grandes exigências burocráticas, durante o período de dez meses, para pagamento equivalente ao mesmo salário mínimo vigente à época de vencimento do empréstimo.

Prazo de 3 anos incluindo um de carência. Garantia exigida: penhor de safra. A seleção dos beneficiários poderá ser feita mediante a criação de comissão formada pela EMATER, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A linha de crédito deve entrar em vigência imediatamente e sem maiores exigências burocráticas, pois tratando-se de pequenos produtores que normalmente não utilizam crédito rural.

SENHOR PÉRICLES DE MELLO:

Curitiba, terça, em 21.02.95

É bom que se diga, nesse momento no neoliberalismo desesperado, se nós não tivéssemos o BANESTADO e o BANCO DO BRASIL, a quem iríamos recorrer, a ninguém, porque banco privado busca, simplesmente o lucro, e não ia fazer financiamento subsidiado, para resolver uma grave questão social como essa.

2. Prorrogação das Dívidas de Crédito para Investimentos.

Apesar de pequeno o número de pequenos produtores que buscam crédito para investimento através do Programa "Panela Cheia", é imprescindível a prorrogação dos pagamentos deste ano para o primeiro ano após o vencimento do atual contrato, nas mesmas taxas.

Pedem ainda:

3. Sementes"

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria de saber se o Deputado está no Horário da Liderança do PT?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ainda no Horário da Liderança e a Mesa por tolerância e por ser a primeira vez que o Deputado está falando, nós daremos mais alguns minutos.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, requeira o Horário da Liderança do Partido.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedido.

O Sr. Valdir Rossoni - Peço um aparte, quando for possível.

O SR. PÉRICLES MELLO - Pois não Deputado, na sequência.

"Pedem ainda os pequenos produtores rurais:

4. Abertura de Linha de Crédito pelo BANESTADO.

Para os pequenos produtores que financiaram máquinas, implementos e insumos diretamente com empresas particulares poderão quitar suas dívidas vencidas e a vencer, sendo que tal empréstimo será pago na próxima safra.

5. Encaminhar ao Governo Federal, os seguintes pedidos:

a. Abertura de Linha de Crédito para Manutenção Familiar pelo Banco do Brasil S.A. nos mesmos moldes do reivindicado ao Governo do Estado.

b - Aquisição do feijão "chuvado", com classificação inferior ao tipo 5, pelo preço mínimo, que devido à baixa qualidade



não encontra comprador.

c - Prorrogação do FINAME RURAL, para as parcelas que vencem este ano para o ano seguinte ao vencimento do atual contrato, com as mesmas taxas."

Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós entendemos que esses pedidos têm que ser concretizados. Os pequenos produtores estão cansados de sucessivos governos que colocam coisas bonitas no papel, mas concretizam muito pouco.

A concretização desses pedidos, à ela depende a vida dos pequenos produtores que nada tem a não ser o seu pequeno pedaço de terra para cultivar e perderam mais de 80% da safra, não estão cobertos pelo seguro agrícola, porque recorreram ao seus próprios recursos ou aos recursos de empresas privadas e nós achamos que a persistir a atual política nacional de privatização, grandes lutas camponesas voltarão...

O Sr. Valdir Rossoni - Gostaria que o Deputado me concedesse o aparte enquanto recupera a sua voz.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Pois não, Deputado.

O Sr. Valdir Rossoni - Ouvia Vossa Excelência falando sobre a questão dos prejuízos e dos financiamentos e também falando em nome dos sindicatos e principalmente falando em nome dos sindicatos da região sul do Estado do Paraná, quando Vossa Excelência citou aqui União da Vitória, Bituruna, Frontim, quero dizer a Vossa Excelência, que eu sou o representante daquela população e também para conhecimento de Vossa Excelência, dizer-lhe que este levantamento feito pela EMATER já foi encaminhado ao Secretário da Agricultura e inclusive, o Secretário da Agricultura está marcando uma data para ir à região sul e à União da Vitória para discutir os problemas da região.

Gostaria também de fazer um pedido a Vossa Excelência, de que quando Vossa Excelência recebeu esses pedidos dos sindicatos da região sul do Estado do Paraná, que o Senhor levasse ao conhecimento dos presidentes dos sindicatos da região sul do Estado do Paraná, porque eu gostaria de compartilhar desta luta.

Quero me somar à V.Exa. e me somar aos sindicatos rurais. Não gostaria de que isso ficasse somente atribuído ao Deputado, principalmente eu que sou o verdadeiro representante da região sul.

O SR. PÉRICLES MELO - Obrigado. Agradeço.

Acho que a soma de esforços, só vai ajudar a resolver os graves problemas por que passam os pequenos produtores rurais.

De outra parte, considero que sou Deputado do Estado do Paraná e sigo uma linha política de interpretação dos problemas do Estado e a única coisa que faço é ser porta-voz de lideranças sindicais daquela região, porque, infelizmente, da região de Ponta Grossa, nem sindicato de produtores rurais existe.

A concentração de pequenos produtores é muito pequena. Lá quase só existe hoje campo e gado, porque os pequenos produtores rurais de Taiacoca, Guaraji - já nesse processo de concentração fundiária, a grande maioria já perdeu suas terras e se instalou na periferia entre as mais de 13 mil famílias de favelados que existem na Região de Ponta Grossa.

Para concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que grandes lutas seriam necessárias ocorrer para que uma solução mais efetiva aconteça a tempo. O difícil é que o pequeno produtor é diferente da classe operária. Essa tem como fazer valer suas reivindicações mesmo com o recurso extremo de uma greve que impinge um sacrifício à classe patronal e daí então sai o acordo. No caso dos camponeses a luta é muito mais difícil, porque eles são os proprietários de suas lavouras e por isso, às vezes, é necessário que se parta para formas radicais. Ninguém quer isso.

Mas entendemos que mais do que nunca, nesse período histórico que se abre no Brasil e no Paraná é necessário o fortalecimento da classe dos camponeses populares, com uma política agrícola voltada, efetivamente, aos interesses do pequeno produtor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais nada quero agradecer ao Deputado Luiz Carlos Zuk pela oportunidade de ceder o seu horário para que eu pudesse fazer aqui algumas considerações.

Minha saudação inicialmente aos novos Deputados que aqui chegam. Deputados de todas as regiões do nosso Estado, da capital e de diversos Partidos Políticos e que todos eles estão trazendo um reforço muito grande aos Deputados que aqui permaneceram pela vontade do povo do Paraná.

A Assembléia Legislativa está sendo composta, hoje, além de diversos partidos também Deputados de diversas regiões, correntes e idade. E a presença dos jovens Deputados que aqui chegam é um alento e uma esperança muito forte para o parlamento e, principalmente, para o Estado do Paraná. Meus cumprimentos a todos e sejam

bem vindos.

Gostaria, inicialmente, de fazer um pequeno comentário a respeito do que se falou ontem e do que há pouco acabava de ouvir a respeito dos pequenos agricultores. Fiquei contente pelo levantamento, seja do trabalho, pelo pronunciamento que o Deputado Pêricles acabava de fazer através dessa tribuna. Trazendo ao conhecimento mais uma vez desta Casa, a existência e as dificuldades e os problemas que o sul do Paraná e o Centro Sul possuem há muito tempo.

Sou de Irati, daquela Região, a exemplo do Rossoni, Annibelli, Anibal Khury da Região de União da Vitória e eu fico feliz e contente por saber que temos mais um companheiro, dentro desta linha, preocupado com os problemas do pequeno agricultor. E também quero deixar aqui registrada a minha preocupação com os prejuízos causados pelas cheias, com o possível cancelamento do "Panela Cheia", muito embora, é claro, como o Deputado Algaci Túlio - Líder do Governo nesta Casa nos fazia ontem no final da Sessão alguns comentários que tem razão de ser: o Governo está se instalando, está vivendo aí um momento muito importante, até de lua de mel com o seu eleitorado e automaticamente nós também temos que ter um pouco de paciência.

Mas a preocupação nossa nós não podemos deixar de registrar é com relação ao cancelamento do programa "Panela Cheia". Se alguns setores, Deputado Nelson Tureck, se o problema das vacas leiteiras ou das ovelhas não deu certo é a questão de ser revisto o programa, reavaliado, discutido novamente com a comunidade ruralista, mas é inegável dizer que o programa "Panela Cheia" não foi um programa bom para o Estado do Paraná. Foi. Haja vista que o próprio Governador eleito Jaime Lerner numa de suas tantas entrevistas que concedeu ao povo do Paraná ele chegou a reconhecer de que este programa seria mantido possivelmente seria mantido porque vinha de encontro ao pequeno produtor rural, ao pequeno agricultor.

Um programa que deu certo, que o Banco do Brasil copiou na íntegra esse programa e implantou a nível de Brasília.

Então, também quero me associar aos demais Parlamentares que colocaram ontem e hoje estão trazendo à tona mais uma vez esta preocupação com o cancelamento desse programa.

Espero é claro com a presença do Deputado Hermas Brandão à frente da Secretaria da Agricultura e com a sensibilidade política do Governador Jaime Lerner esse programa, Algaci Túlio, possa ser revisto, reavaliado, talvez com algumas correções que é normal, mas continuar existindo porque ali foi colocada a esperança, uma das

soluções para o pequeno agricultor, Deputado Pêricles, hoje para o pequeno agricultor.

Bem, dito isto quero fazer também um rápido comentário a respeito do Bloco Municipalista. O Bloco Municipalista foi criado praticamente no início do período passado, da legislatura passada. A intenção na época de nós Parlamentares que compomos até hoje o Bloco e eu tenho a satisfação de estar à frente nesse último período na coordenação geral, a intenção e essa era exatamente formarmos um Bloco composto inicialmente por ex-Prefeitos. Esta era a intenção do Albino Corazza, Prefeito lá de Toledo, do Duílio Genari também de lá, de Edson Lino que está aqui conosco, do Algaci Túlio, na época era inclusive vice-Prefeito de Curitiba e tantos outros ex-Prefeitos que faziam parte da legislatura passada ao qual eu me incluo e hoje temos aqui outros ex-Prefeitos que aqui estão chegando é que estão trazendo na sua bagagem, na sua mala, um conhecimento muito profundo, não querendo, longe disto, dizer de que os Parlamentares que não foram Prefeitos, ou vice-Prefeitos não tem esta experiência necessária para poder cuidar dos interesses dos municípios. Longe disto.

Apenas estou dizendo qual era a intenção nossa e hoje com a chegada desses novos ex-Prefeitos nós estamos reativando o nosso Bloco novamente, mas aberto a todos os Senhores Deputados, não somente aos ex-Prefeitos e vice-Prefeitos, a todos os 53 Parlamentares.

Mas hoje temos uma responsabilidade um pouco maior. Por quê? Porque durante todo esse tempo o Bloco não teve nenhum assessoramento. Nós nos valíamos dos nossos assessores para podermos fazer as coisas andarem. E também nos valíamos do professor Nildo que é um dos mais competentes técnicos da área administrativa municipal do Estado do Paraná, que estava prestando serviço e continua prestando serviços a Associação dos Municípios do Paraná e que nos assessorava voluntariamente.

A partir de agora, num entendimento, com a criação de um cargo para o Bloco Municipalista, num entendimento com o Presidente Anibal Khury, com o seu vice-Presidente, Luiz Carlos Zuk, e outros Parlamentares o Deputado Orlando Pessuti, que é o Presidente do Bloco Agropecuário, foi indicado o Nildo para ser o Coordenador técnico do nosso Bloco e se for automaticamente nomeado pelo Presidente, ele será o nosso técnico que vai cuidar exatamente das ações do Bloco.

Então são diversos assuntos, eu havia até colocado...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa.

tem alguns minutos para concluir e devo dizer a V.Exa. que V.Exa. está falando do Bloco Municipalista, V.Exa. terá o que interessar e terá que requerer novamente, porque não se trata de Comissão Permanente.

O SR. TOTI COLAÇO - Perfeitamente. Não trata-se de um Bloco, de uma Comissão Permanente. Não é esta a nossa intenção até o presente momento, porque na verdade, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. para que o Bloco Municipalista ou Agropecuário tenha existência regimental, V.Exa. e os Senhores Deputados terão que renovar a solicitação ao Plenário da Assembléia.

O SR. TOTI COLAÇO - Estou dando apenas alguns esclarecimentos que acho importantes a Assembléia, pelo fato de que nós ainda não nos reunimos e eu iria propor já agora ao final desta minha participação que atendendo até uma sugestão do Deputado Luiz Carlos Zuk que fizéssemos alguns encontros preliminares durante esta semana, amanhã, e na semana que vem a gente pudesse se reunir no Plenarinho da Assembléia e automaticamente definirmos as nossas linhas de ação.

Aquilo que o Presidente acaba de colocar existe esta possibilidade, por que não, de se criar um Bloco Permanente nesta Casa, mas é uma coisa que não está pelo menos no presente momento, não está sendo alvo das nossas discussões, mas se for interesse dos demais Parlamentares, por que não? É uma questão apenas de discutirmos isto numa reunião preliminar, no Plenarinho a partir da semana que vem e a partir de agora já começamos a trocar algumas idéias a respeito.

Então, seriam, Sr. Presidente, estas considerações que eu gostaria de fazer, dizendo que o Bloco Municipalista tem representado um papel importante na vida da Assembléia, juntamente com a Associação dos Municípios do Estado do Paraná e hoje existe dentro do Congresso Nacional, principalmente na Câmara dos Deputados Federais está se cogitando da criação, oficializando-se um Bloco Municipalista a nível de Brasília, a nível de Congresso Nacional, o que está ocorrendo também na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, a exemplo do Paraná, estão também procurando criar um bloco Municipalista, evidentemente junto com as associações dos Municípios de cada Estado para facilitar o trâmite e defender principalmente os interesses dos pequenos e por que não dizer dos grandes municípios a nível de Estado e de Federação.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção, era isto e fica desde já o convite aos Srs. Deputados para que se integrem. Vai correr uma lista nos seus gabinetes, aqueles que desejam participar do Bloco, uma lista, subscrevam, e automaticamente após esta, termos em mãos esta listagem nós marcaremos uma reunião no Plenarinho e haveremos de discutir o assunto que abordei aqui e os interesses desse bloco. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Antes de conceder a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, a Mesa vai ler o artigo nº 158. Não é o caso do Deputado Toti Colaço.

(Lê artigo 158) - O Deputado dirigirá suas palavras ao Presidente ou a Assembléia de um modo geral, não sendo permitido expressões injuriosas ou descorteses.

Parágrafo Único - referindo-se em uma discussão a um colega o Deputado deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de senhor e dar-lhe sempre o tratamento de Excelência quando a ele se dirigir.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná, como o Brasil foi há mais de uma centena de anos escolhido para ser a segunda pátria de milhares e milhares de pessoas que nasceram do outro lado do continente.

Estamos hoje, Srs. Deputados, nos referindo a tão somente uma das imigrações feitas entre as dezenas efetivadas em solo pátrio, não tão somente os italianos, os ucranianos, nem ainda os alemães e outras etnias que aqui vieram a identificar o Brasil como sendo a sua pátria de adoção.

Hoje vamos nos fixar na etnia polonesa, naqueles poloneses que atravessaram o Continente e aqui vieram no Brasil se fixar para ter a oportunidade de vida que lá na sua longínqua Polônia, dominada pelo julgo comunista, não possuíam a liberdade que este grande Brasil oferece aos seus filhos natos na esperança de encontrar aqui aquela mão amiga, aquele coração fraterno, aquela oportunidade de vida que este solo abençoado oferece a todos nós e aqueles que aqui vem aportar. E foi assim que há centena de anos, mais precisamente neste Paraná, e ainda aqui na região Metropolitana, e descendo um pouco mais na região dos Campos Gerais e chegando ainda mais no interior do Vale do Ivaí, nós vimos aqueles homens que tão somente com a enxada, com a foice, com a força do trabalho e com a boa vontade de vencer na vida foram se fixando, primeiro nas pequenas colônias, depois transformadas em vilas e posteriormente nas cidades que hoje muitos

los Srs. Deputados que aqui se assentam lá com eles convivem.

Estou, Sr. Presidente e Srs. Deputados, rememorando isso porque o meu pai foi um deles, o pai do Jayme Lerner, atual Governador, foi outro, que não tendo na Polônia a liberdade que nós possuímos aqui vieram, constituíram as suas famílias, tiveram os seus filhos, venceram na vida, chegaram sem nenhum tostão no bolso, sem saber falar a língua; mas com a perseverança, com aquele espírito que realmente só um empreendedor e aquele em que acredito em Deus e no trabalho venceram.

Hoje temos no Paraná aquele exemplo mundial, prêmio Nobel da paz, homem que saiu de um estaleiro, lá de Vidansky, organizou seu sindicato, brigou contra as autoridades constituídas, mostrou ao mundo que o comunismo não era aquilo que mentirosamente enganavam a nós aqui na América, e mais precisamente a nós aqui da América do Sul; quando falavam antes da guerra que o comunismo era a saída de tudo e de todos. Foi esse homem que hoje está no Paraná que iniciou na Polônia aquela briga para desmascarar o comunismo, para mostrar ao mundo que algumas filosofias só existem no papel e na praticabilidade da vivência comunitária elas não são exercidas. Era uma minoria que dominava a Polónia, que dominava todo o Leste Europeu.

O comunismo igual a uma cortina, só aparecia a imagem para o mundo que eles queriam; atrás da cortina ninguém tinha acesso, todos os movimentos eram controlados, todas as informações eram colhidas, e o comunismo, como sendo um regime inatingível era mostrado ao mundo. E alguns brasileiros foram até enganados e aqui mostrando que a saída para o Brasil era o comunismo.

Lembro-me perfeitamente bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados que aqui no Brasil milhares e milhares, pessoas falavam do comunismo. Hoje, quando aquele pequenino lutando e fundando o seu sindicato, Solidaridade, veio galgando aos poucos, veio conseguindo a credibilidade, veio mostrando ao mundo e principalmente ao seu País que a saída era a democracia, que o melhor regime de todos era e é o regime democrático. Onde através do voto, onde através dos Partidos, onde através de uma sociedade livre, onde através do capital associado ao trabalho que faz o surgimento da Economia de uma nação e do mundo, e assim esse pequenininho subiu, venceu e hoje é o Presidente eleito da Polónia!

E para satisfação nossa, descendente que somos daqueles homens que lutaram contra o comunismo, contra as filosofias mentirosas, nós aqui estamos para homenagear o Presidente, a sua esposa Danuta, seus familiares, seus Ministros, enfim a sua

equipe que hoje, com todas as dificuldades, com todas as vicissitudes permanece frente a Polónia na sua recuperação econômica, social e acima de tudo de respeito à figura humana!

Quero, nessa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que fique registrado nos anais dessa Casa, que inúmeros descendentes de poloneses, mas de 800.000, neste Paraná, deram a sua parcela de trabalho, emprestaram as suas inteligências, formaram suas famílias, e deram ao Brasil os seus filhos, como esse que vos fala, para ajudar a construir o melhor dos regimes desse mundo que é o regime da democracia!

Na Polónia não tinha imprensa, lá a rádio, o jornal e a televisão só escreviam ou anunciavam, ou divulgavam o que o Estado queria.

Não tinha repórter, o repórter de fora que entrava era apanhado e era devolvido à sua origem. Hoje a Polónia é livre. E ali estavam pela manhã, e na hora do almoço a imprensa livre da Polónia, a imprensa credenciada desta Casa, muitos deles lá estavam presentes, e nós assistíamos, entre eles, o intercâmbio de informações.

Uma imprensa livre, que escreve, opina aquilo que a Polónia e seu povo desejam, que apóia ou critica os atos de seu Governo, na pessoa de seu Presidente.

É igual aqui no Brasil, País irmão, País mãe da nossa origem! Por isso é que estamos registrando nos anais dessa Casa.

Temos que agradecer a Deus, a maioria ou quase a totalidade dessa Casa, que eu acredito, nasceu de um regime que realmente foi, é e sempre será o melhor do mundo!

Tivemos o episódio no Brasil, daquela Revolução, que, graças a Deus, perdurou por pouco espaço de tempo mas hoje, novamente entregue aquilo que nós vimos hoje que é o caminho pelo qual as famílias podem realmente oferecerem igualdade de condições aos seus filhos no cargo de Vereador, de Prefeito, ou Deputado Estadual, Federal, Senador, Governador, Presidente da República.

É isso que nós reverenciamos na presença do Presidente da Polónia hoje, os seus oitocentos mil filhos aqui no Paraná, a presença deste homem que mesmo tendo a sua vida ameaçada, tendo a sua família perseguida, nunca fugiu do objetivo, e ele aqui viria a convite do Presidente Anibal Khury para fazer uma saudação à este Plenário infelizmente por compromissos e horário nosso começar a nossa reunião às 14:30 horas ele aqui não compareceu.

Mas pediu a mim e ao Anibal que transmitisse a todos os Deputados do Paraná, e aproveito as visitas que aqui se encontram que transmitisse que a Polónia é um País irmão, de que a Polónia agradece de coração a abertura que deram aos seus

filhos quando aqui vieram, e que pediu, também que se um dia vocês desejarem lá visitar a Polônia, será uma honra e terão realmente, as condições pelas quais os filhos de lá foram aqui aceitos, e vocês são aceitos em qualquer oportunidade na visita em solo pátrio Polonês.

Queria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizer que além da visita, além da homenagem, Sua Excelência na pessoa da Embaixatriz da Polônia que apoiava ele, está o Governo Brasileiro fazendo intercâmbios comerciais e culturais, e ali presente nesta ocasião, estava a Embaixatriz da Cultura no Brasil, que é a atriz Fernanda Montenegro, e lá durante o almoço, falou da cultura, principalmente da ciência e tecnologia, associada a cultura sempre da arte junto à Polônia e junto ao Brasil.

Tivemos o testemunho quem lá compareceu, de que um novo mundo se oferece a todos e que um novo Paraná com a construção das etnias e principalmente dos Poloneses, nós temos a certeza de um futuro grandioso a todos os nossos descendentes.

Queria, Sr. Presidente, em nome da Mesa Executiva que nós já consultamos, e queria consultar agora em nome do Plenário, que fosse enviada uma correspondência à nossa Embaixatriz em Brasília, da Polônia, dizendo de que não tão somente das palavras que foram ao Paraná dirigidas pela Sua Excelência o Presidente e por ela própria, num agradecimento pelo Paraná ter acolhido seus filhos Poloneses, mas que nós Paranaenses também agradecemos pelos Poloneses terem escolhido esse solo abençoado do Brasil que é o Paraná para ser o seu berço, e em nome do Poder Legislativo dizer um muito obrigado à Polônia por ter dado esses filhos que deram essas gerações e que darão dessas gerações as sementes para o futuro do dia de amanhã.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Zuk falou em nome, também, da Presidência desta Casa.

Passamos ao horário das Lideranças: PTB, PFL, PSDB.

(Declinam).

PPR. Com a palavra o Sr. Deputado Cesar Seleme.

O SR. CESAR SELEME - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Mui Digno Presidente deste Legislativo, Deputados que compõem a Mesa Executiva deste Legislativo, Senhores Deputados, Funcionários, Órgãos da Imprensa, Senhora Deputada.

A minha saudação inicial a todos os 53 Deputados que durante quatro anos, vamos

trabalhar em prol do Paraná, em especial aos meus colegas que tiveram origem do Legislativo Municipal de Curitiba. 1º Secretário Luiz Carlos Martins; Dr. Rosinha; Carlos Simões; Dr. Luiz Accorsi; e Deputado Angelo Vanhoni.

Srs. Deputados graças a muito trabalho, muitos ideais de luta acalentados, PPR Partido Progressista Reformador faz soar pela primeira vez a voz de seus representantes no Legislativo do Estado do Paraná. Também no decorrer da campanha, mas sobretudo ao longo de nossas vidas, eu e o companheiro João Techê Filho, honraremos o compromisso assumido com o eleitor, retornando à população sob forma de leis, a confiança depositada nas urnas.

Harmoniosamente somaremos esforços cumprindo sem reservas ou condições a promessas de representar nesta Casa de leis os interesses dos paranaenses que nos elegeram, fazendo desse compromisso a nossa diretriz de trabalho.

Meu companheiro alicerçado como vice-Prefeito e médico militante de Prudentópolis, eu como profissional de Direito e vereador da Câmara Municipal de Curitiba, onde atuei como relator da Lei Orgânica do Município e em segundo mandato ocupei a Primeira Secretaria da Casa, uniremos os nossos conhecimentos por uma causa comum e generalizada: o bem estar daqueles que conosco, astreamos a bandeira da justiça, da igualdade de direitos e da luta por um propósito a garantia do direito de cidadania da população paranaenses.

Enquanto Relator da Lei Orgânica, propus 14 dispositivos que asseguram o direito da pessoa portadora de deficiência e desde 1988, abracei a causa da classe, ocupando atualmente o cargo de vice-Presidente da APAE/CTBA.

Foram 18 Projetos de Lei apresentados e cuja maioria voltaram-se a área social, sob esse prisma destaco a criação do conselho municipal de pessoa portadora de deficiência. Apresentei também a Lei da Obrigatoriedade da porta de segurança em agências bancárias encontrando nestes dois aspectos, o reconhecimento popular que me propiciou esta cadeira.

Nós, representantes do PPR, acreditamos no cargo público como um posto de luta, por esta razão, obrigação moral de assim procedermos.

Da vida política acumulei experiências e escolhi o PPR, porque vem de encontro às idéias Liberais, compromissadas com reformas estruturais e que podem restaurar a esperança e dignidade dos brasileiros. É essa nossa tarefa... É esse o meu compromisso... E para atingirmos o nosso objetivo de reformas e progresso; o caminho é sem dúvida a política.

Por isso estamos aqui à nível de re-

formas e progresso do Paraná, e esta reforma e este progresso já começou no Paraná, pois o Estado do Paraná elegeu o competente Sr. Jaime Lerner, o qual contou inteiramente com o meu apoio na Câmara Municipal de Curitiba e do meu companheiro João Techy, além de outros companheiros do PPR que também apoiaram o então Governador, e ora grande Governador do Estado do Paraná. Juntamente com o Governador, todas as medidas saneadoras de dificuldades e de interesse da população encontrarão sempre os nossos aplausos aval, como todos somos também progressistas, reformadores e buscamos acima de tudo o que há de melhor seguindo a filosofia do nosso partido.

Nesta Tribuna conclamo os nobres pares eleitos e juntos trabalharemos no sentido de combater com trabalho e abnegação a manutenção da satisfação das necessidades nos nossos cidadãos paranaenses, na tentativa de utilizarmos todos os meios lícitos para extinguir a imagem negativa elaborada em torno dos políticos de hoje em razão da má utilização do poder, onde não souberam cumprir pleitos formulados nem representar dignamente esse mesmo povo. O PPR vêm renovar o compromisso de trabalhar pelo direito, com o direito do nosso povo, e na expectativa de um trabalho conjunto venho manifestar a latente necessidade de unir esforços onde espero contar com o apoio dos nobres colegas na caminhada que ora começa, lutando unanimemente por melhores condições de vida e igualdade de direitos dos nossos cidadãos paranaenses, pois além de homens do povo, somos parte desse e nesta condição, o compromisso que assumimos significa também a garantia de um futuro mais ameno, mais confiante e principalmente mais justo.

Somos nós todos responsáveis pelo estado e independente da posição que ocupamos enquanto cidadãos e homens do povo, lutamos pelo nosso Estado defendendo os interesses de toda a população que esperava uma promessa nova de um Paraná melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury, Srs. Deputados.

Assumo essa tribuna nesse dia, nesse início de mandato, e confesso que o faço com muito orgulho e também com muita emoção, depois de tê-lo feito pela primeira vez há doze anos atrás, recém eleito Deputado Estadual, depois de ter me afastado desta Casa durante oito anos, para desempenhar um mandato de Deputado constituinte e depois, de Deputado Federal, volto e espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, poder contribuir, contribuir com a Mesa Exe-

cutiva da Casa, para que o resultado do nosso trabalho seja efetivamente o melhor para o Estado do Paraná e, conseqüentemente, para o nosso povo e para a nossa gente.

Assumo essa tribuna com uma responsabilidade maior, porque por deferência dos companheiros Deputados do PP fui eleito líder por consenso, unanimemente e pesa sobre mim a responsabilidade de fazer o possível para traduzir o anseio da segunda Bancada na Assembléia Legislativa. Bancada composta de Deputados experientes, Deputados que retornam a esta Casa pela 5.<sup>a</sup> vez, Deputados que foram prefeitos nos seus respectivos municípios, Deputados que, tenho certeza, muito fizeram e tenho certeza, muito farão pelo Paraná.

Acho importante, nessa primeira manifestação como Líder nesta Casa, externar para efeito de registro nos Anais da Casa, a posição da Bancada do PP em relação às nossas atitudes que tomaremos, doravante, na Assembléia Legislativa do Paraná. Como recomenda a boa prática democrática, procuraremos - a nível de Parlamento respeitar, obviamente, a maioria. Mas nunca e jamais excluir as minorias, execrar as minorias. Pois que, pelo que aprendi na vivência política e na vivência legislativa na Câmara dos Deputados, não importa o número de representantes que compõem esta ou aquela Bancada, dentro da sua proporção ela tem que ser respeitada na composição de Mesa Executiva, na composição de Comissões, enfim, em todos os trabalhos decorrentes da nossa atribuição que é legislar e fiscalizar na Assembléia Legislativa. Acho conveniente também, até porque essa é uma questão muito especulada nos meios políticos e também na Imprensa, deixar clara a nossa posição oficial em relação ao Governo que recém se instalou.

O PP - Partido Progressista, numa reunião formal do Diretório juntamente com as Bancadas Federal e Estadual, reunião essa realizada no dia 08 de dezembro próximo passado, tirou uma posição que está sendo observada e cumprida pela Bancada e também pelo Partido. A posição de que o PP daria um prazo, uma carência de cem dias para que o Governo que se instalou dia 1.<sup>o</sup> de janeiro de 95, montasse sua equipe, mostrasse, na prática, seus primeiros atos administrativos, o que ele pretende, o que ele quer e o que ele pode fazer pelo Paraná.

Nesse período nós como Bancada aqui na Assembléia Legislativa, estaremos votando, sempre, levando em primeiro lugar os interesses que nós vamos ter pela frente. Cada projeto é um projeto, cada projeto é uma análise, cada decisão uma decisão sempre levando em conta os interesses maiores do povo e do Paraná. Vamos dar esse prazo,

essa carência que se esgotará nos cem dias de governo e, a partir daí, como Partido e como Bancada haveremos de nos reunir e oficialmente, formalmente tomaremos uma decisão. A decisão de fazer oposição, pode ser a opção. A decisão de apoiar o governo analisando ponto a ponto. Ou uma decisão de integrar-se, sei lá, não sabemos o que vai acontecer pela frente, o Governo que recém se instalou. Até lá reafirmamos, aqui, nossa posição, de que atuaremos com independência, conversando, obviamente, com todos os partidos, com todas as Bancadas aqui representadas e pautaremos as nossas posições, os nossos votos, as nossas opiniões sempre levando em conta - naquele instante, naquele momento, os interesses do Povo do Paraná.

**O Sr. Algaci Túlio** - Me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Sérgio Spada, quero cumprimentar a V.Exa., a sua Bancada pela decisão democrática na escolha do seu nome à Liderança do PP. Tenho certeza que a sua passagem já por outra ocasião por esta Casa, a sua passagem pelo Congresso Nacional fará com que esta Casa tenha, realmente, um grande reforço. Que as experiências adquiridas por Vossa Excelência ao longo desses mandatos, em especial no Congresso Nacional, tenho certeza farão com que haja um prestigiamento maior a este Legislativo nas discussões dos encaminhamentos das votações e das matérias aqui trazidas.

Tenho certeza que o PP fará a Oposição, evidentemente que é uma coisa bastante natural, mas tenho certeza de que a inteligência de seus integrantes sob seu comando, saberão também no momento oportuno, quando a matéria for de interesse do Estado, certamente o PP estará também apoiando a matéria.

Por esta razão quero cumprimentá-lo pela decisão de sua Bancada, pela sua indicação, e desejar ao companheiro um retorno a esta Casa com muita satisfação mesmo. Sempre fui uma pessoa que acompanhou - muito embora um tanto à distância - o seu trabalho como Parlamentar no Congresso Nacional, muito mais lá do que propriamente aqui na Assembléia Legislativa.

E tenho certeza e acredito piamente que a sua presença - como também do Deputado José Tavares, que passou pelo Congresso - poderão somar bastante para que possamos ao longo dos próximos anos, não só agora nesses quatro anos, mas enquanto estivermos aqui representando o povo do Paraná, podermos resgatar um pouco mais a imagem do Poder Legislativo, não só do nosso, mas também do Poder Legislativo de um modo nacional. É necessário que as Assembléias discutam com profundidade, que se esmerem no sentido de trazer bons pro-

jetos, que tudo vai somar para o Estado, vai somar para todos nós.

Agradeço, desejo-lhe muitas felicidades.

**O SR. SÉRGIO SPADA** - Agradeço sensibilizando as palavras do Deputado Algaci Túlio e a nossa posição, intenção, nobre Deputado, não é outra que não essa dita aqui nesta tribuna e, conforme muito bem Vossa Excelência captou e referendou perante o Plenário, perante os Anais desta Casa.

O que faço questão de frisar também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é de que a Bancada do PP está unida, está coesa, como esteve, ao contrário de notícias que foram divulgadas em alguns jornais, pela forma como foi conduzida a votação, até porque a votação foi secreta, a Bancada do PP marchou unida e pôs assegurar e invocar, inclusive o testemunho de um por um dos nossos Parlamentares que os dez votos da Bancada do PP foram unânimes, referendando, votando a chapa única, por sinal que foi composta para a direção da Mesa, logicamente com exceção da Presidência, onde houve disputa, assim como de resto marchou toda a Bancada, as outras Bancadas - com exceção do PT e outras que não sabemos, até porque o voto foi secreto para os demais cargos.

Mas o PP, ousou afirmar aqui, teve unidade e votou maciçamente. Seus dez votos em toda a chapa composta que foi apresentada a esta Casa, com exceção dos componentes do PT, que obviamente referendaram a chapa encaminhada pelo Doutor Rossinha.

E não é outro o nosso propósito se não o de nos mantermos unidos daqui para a frente e tomando a decisão que tomar haveremos de nos manter unidos para o engrandecimento, fortalecimento do nosso Partido, da nossa Bancada e, logicamente fazendo o melhor pelo Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)** - Deputado Caíto Quintana.

**O SR. CAÍTO QUINTANA** - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Ocupo esta tribuna no dia de hoje, pela primeira vez na condição de Líder do PMDB, no Partido de Oposição.

A vivência nesta Casa, nobres Parlamentares, nos coloca sistematicamente - é o efeito da democracia, do pluripartidarismo, de eleições diretas pelas quais o nosso Partido sempre lutou - na alternância do poder, salutar à democracia.

Deputados que hoje têm o encargo de sustentar posições do Governo, tiveram até o final do ano passado, o encargo de estabelecer o contraditório nesta Casa, repre-



sentando a Oposição.

Por isso, nobre Deputado Algaci Túlio, Vossa Excelência que hoje assume a função de Líder do Governo, na experiência e no embate parlamentar, sabe Vossa Excelência como tantos e tantos outros Parlamentares aqui presentes, pela experiência de Casa, que na democracia o trabalho de Situação e de Oposição tem o mesmo valor, ambos contribuem para o aperfeiçoamento da lei e ambos contribuem para que exista uma fiscalização por parte deste Poder aos demais Poderes do Estado.

De sorte que respeito, por exemplo, as posições de Partidos que adotam uma trégua. Entendemos desnecessário adotarmos uma trégua, nobre Deputado Nelson Justus, porque não estamos em guerra. Poderemos ter uma trégua de quatro anos, como poderemos ter um embate no primeiro dia. E pela experiência de quem já exerceu por dois anos, duas vezes a Liderança do Governo nesta Casa, por duas vezes a Liderança do Partido nesta Casa quando Situação, tenho para mim que a Oposição na Casa, o vigor da Oposição está diretamente ligado ao trato que o Executivo dá aos Partidos de Oposição e aos Parlamentares. Sempre que o diálogo da informação é aberto, sempre que possível o questionamento e a resposta, evidentemente é o instrumento maior que o Governo tem para aplacar o ânimo da Oposição.

Sempre tenho dito, num Projeto de Lei eventual que seja enviado a Executiva na Casa, se não houver intransigência, Deputado Belinatti na sua experiência, o canal estiver aberto para a discussão, com a Secretaria responsável pelo Projeto com as estruturas do Governo, e poderemos sentar e discutir, de duas coisas, uma acontece: ou os técnicos do Governo nos convencem de que é necessário, e portanto a Oposição se cala; ou levantamos a questão e convencemos o Executivo de que efetivamente aquele Projeto, aquele artigo não pode passar por razões expostas, e o Executivo retira. E esse é o diálogo democrático entre a Oposição e Situação.

Então, nobres Deputados do Partido do Governo, tenho certeza absoluta, o PMDB estará nesta trincheira exercitando seu papel de Oposição, Oposição coerente, Oposição buscando o aperfeiçoamento, Oposição aberta ao diálogo, Oposição com interesse de contribuir. A grande maioria dos nossos Parlamentares é por demais conhecida dos Parlamentares de Situação hoje, e sabe que somos uma Bancada que aceita o diálogo, a explicação; somos uma Bancada aguerrida que quer contribuir no processo democrático do Paraná. Eu daria um exemplo, de que não há possibilidade de se estender um determinado momento para começar a questionar.

Não é possível, nobre Deputado Algaci Túlio, que esta Casa não faça repercutir a preocupação do anúncio da extinção do programa "Panela Cheia". Estamos todos aguardando que o Governo, que o Banco do Estado faça uma publicação nos jornais dizendo que a matéria publicada no jornal foi um equívoco; ou então que apenas um pequeno lapso de tempo para aperfeiçoamento do programa. Mas chamamos a atenção que a agricultura não tem tempo, a agricultura não pode esperar; tomem conhecimento das situações, porque é o que sempre tem acontecido neste nosso País.

Não somos maiores produtores de grãos neste País porque sempre na época do financiamento ainda, as linhas de crédito não foram liberadas para o agricultor, e ele acaba se dependendo numa firma revendedora de adubos, numa firma revendedora de sementes, pagando juros que não deve. Este é o problema da agricultura.

Então, aguardamos pacientemente, esperando que não seja entendido como trabalho imediato de Oposição, mas aguardando que a Liderança do Governo, que as Lideranças dos Partidos de Situação nos dêem resposta conveniente, para que possamos responder aos inúmeros telefonemas que recebemos do interior, da preocupação que se aloca hoje no pequeno agricultor, pela possibilidade de não poder contar com essa linha de financiamento.

Cito um outro exemplo de papel de Oposição: acho - e vi manifestações nesta Casa - que há um equívoco, Deputado Algaci Túlio, de por Resolução, se mudar a Lei do IPVA, aprovado nesta Casa. É evidente que este Poder terá que tomar iniciativas!

E aproveito este pronunciamento - primeiro na Liderança do PMDB - para parabenizar o Presidente Anibal Khury - sem bajulações - pelo pronunciamento na abertura dos trabalhos dessa Assembléia Legislativa. Deus permita, Deputado Anibal Khury, que Vossa Excelência tenha, pela experiência que tem e pela solidariedade de todos os Partidos dessa Casa, posição firme de defesa desse Parlamento. Acho que seu pronunciamento, naquele instante, foi corajoso, balizador, demonstrando que a Assembléia Legislativa é a Casa de Leis, mas, acima de tudo é um Poder independente do Estado do Paraná. E a valorização deste Poder, por maior que seja o embate das idéias e das divergências aqui dentro, deve ser respeitado, porque afinal de contas, cobra-se do Deputado que ele estude o Projeto que vai votar, que ele tenha uma posição no Projeto que vai votar, no conjunto dos 54 Deputados, é importante que cobremos dos demais Poderes, também que as Leis sejam discutidas aqui, neste Plenário e sejam por este Plenário aprovadas para vigorar a todos nós, paranaenses.



Muito obrigado, Senhor Presidente, pela oportunidade, e espero que tenhamos uma convivência vigorosa, combativa, porém fraterna, que busque o aperfeiçoamento das instituições e o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço ao Deputado Caíto Quintana pelas expressões generosas e mais uma vez afirmo: a Assembléia do Paraná tomará todas as providências para aqueles atos que julgar inconstitucionais ou ilegais.

Com respeito ao IPVA, a Presidência informa que a Procuradoria Geral da Assembléia já está estudando o problema e, tão logo tenha pronto esse trabalho, a Mesa dará uma satisfação ao Poder Legislativo e tomará as providências cabíveis no caso.

Ainda no Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Antônio Belinatti, ilustre representante londrinense.

O SR. ANTÔNIO BELINATTI - Senhor Presidente Anibal Khury, colegas Deputados.

Inicialmente louvo a Deus pelo privilégio e pela bênção que nosso Pai Celestial nos concedeu, nos permitindo que, pela oitava vez o povo nos conferisse um mandato público.

E, ao mesmo tempo, Senhor Presidente, dizer do privilégio e também da alegria de reencontrar aqui alguns amigos que já nos primeiros mandatos integravam esta Casa de Leis. Alguns veteranos, outros começando suas carreiras, e o nosso desejo, Presidente, é que aqui possamos travar grandes debates, grandes trocas de idéias.

Passei por uma Câmara de Vereadores, a de Londrina, e dali já saiu gente para Ministro da República, dali já saiu colega vereador meu que virou Governador.

Desta Casa de Leis já compartilhamos com colegas que também viraram Governador. Em Brasília alguns que participaram da Legislatura em que lá estivemos e que se transformaram em Governador em vários Estados e até Presidente da República. Pude aprender muito com pessoas ilustres, inteligentes.

E muitas vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também a tristeza nos comovia quando víamos algum colega confundindo a missão parlamentar e transformando o seu mandato às vezes não permitindo, não aceitando a discordância de alguém. Em algumas oportunidades a gente via entristecido o colega parlamentar transformar o mandato para ofender o outro colega para agredir, para jogar cadeira, até para sacar arma, todo tipo de violência. Acho que a inteligência do Parlamentar jamais será medida pela sua agressividade, pela sua violência, pela sua prepotência, pela sua vanta-

de de até espancar aquele que discorda das suas idéias.

Portanto, Sr. Presidente, hoje iniciando esse novo mandato o meu desejo é que aquelas cenas lamentáveis que tanto emporcalharam com o nosso Parlamento Brasileiro jamais possamos vivê-la aqui nessa Casa. Ao invés da violência possamos travar uma grande briga, sim, cada um com paixão à sua sigla, mas com grande amor ao nosso Paraná. Paraná que antes, Srs. Deputados, era o Estado mão de vinda, e que agora se transformou no Estado mão de volta. Houve um tempo em que o próprio Navio Sakato Maru há mais de 80 anos, desembarcou os primeiros japoneses de um País arrasado pela guerra, e eles diziam, vamos para o Brasil, vamos para o Norte do Paraná porque ali há emprego para todos e vamos poder enriquecer. Os ônibus e trens chegavam no Norte do Paraná trazendo mineiros, paulistas aqui para a região sul, a gente via a chegada do italiano, ucraniano, polônes, do alemão.

E agora a gente vê, de uma maneira tão triste, a própria Rede Globo no Programa Fantástico mostrando que o Paraná tem mais de um milhão de desempregados, e que o Paraná que antes era mão de vinda porque aqui tinha emprego, virou mão de volta, e o avião hoje sai lotado de gente em busca de trabalho no Japão. Outros preferem buscar trabalho até aqui mesmo, bem vizinho de nós, no Paraguai, na Bolívia, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo, o Paraná tem se esvaziado. Cidades que até há pouco tempo atrás contavam com o triplo da população.

Eu via e prestava atenção numa reportagem na Globo Sat um dia em que se indagava, qual é o fator determinante para uma população escolher algum campo do Planeta Terra para morar. Cada um tem um raciocínio, e ali dizia, o primeiro fator é água. E o Paraná, Srs. Deputados, tem mar, tem grandes rios de água doce, em algumas regiões do Norte do Paraná a nossa terra se equipara, se iguala com os melhores pedaços de terra do Planeta, as melhores terras do nosso Planeta. Agora temos asfalto, temos escola, temos telefonia de primeiro mundo, e de repente, Srs. Deputados, está faltando uma coisa fundamental que é o emprego.

Essa gente, esses nossos irmãos paranaenses deixam o asfalto, a escola, deixam o atendimento médico, ainda que precário, e parte embora do Paraná por falta de trabalho.

Então hoje, Srs. Deputados, é que possamos, com a graça, com a bênção e com a sabedoria de Deus, possamos todos nós, batalharmos, trabalharmos, Legislativo, Executivo, Poder Judiciário, o Governador Jaime Lerner, que é praticamente uma gri-

fe, que é um verdadeiro abre portas em qualquer país do primeiro mundo, não há nenhum outro brasileiro, tão acreditado de tanta credibilidade como Governador Jaime Lerner, quando ele quer falar com o Presidente da GM, da FIAT, um grande empresário internacional, é dispensado um pistolão, um padrinho, porque o próprio nome Jaime Lerner é uma grife que abre as portas e que Deus possa permitir que o Governador com esse conceito, com a sua inteligência, com a sua capacidade, com apoio desta Assembleia Legislativa e de todos os segmentos da nossa sociedade, possa fazer um Governo que acabe ou diminua em grande parte com a miséria que tem abalado o nosso Estado do Paraná, um dia quem sabe muito breve possamos ver, Senhor Presidente Aníbal Khury, Senhores Deputados, o nosso Paraná, que antes era bom de vinda, possa voltar a ser o Estado que traz de volta os nossos irmãos paranaenses, quem sabe de Rondônia, do Mato Grosso, de Santa Catarina ou do exterior e que possamos oferecer a todos eles o trabalho que eles necessitam.

O Sr. Luiz Romanelli - V. Exa. concede-me um aparte?

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Pois não.

O Sr. Luiz Romanelli - Nobre Deputado Belinati, ouço com atenção as suas palavras como político experiente que é, um homem que governou a minha cidade já por duas vezes, e quiçá possa até governá-la mais uma vez, e ouço o Senhor fazer uma análise do que aconteceu no nosso Paraná nas últimas décadas e de fato, o Paraná que foi o grande importador de mão-de-obra nas décadas de 30, 40, 50, 60, passou a ser o exportador a partir da década de 70, em 80 o Estado se estabilizou na sua população, mas na década de 70 acho que é necessário que possamos fazer um resgate do que aconteceu no Paraná. Porque este Estado, que tinha um milhão de hectares de café, teve reduzido, além de outras culturas como hortelã e o algodão que geravam grandes quantidades de empregos no campo, teve reduzido na verdade, esse plantio para 200 mil hectares, ou seja, perdemos 800 mil empregos a partir do ano de 75, fruto, é claro, do início da década de 70 com o pacote do soja que mecanizava as nossas melhores terras e depois, é claro, com a nossa geada que é cíclica, mas que expulsou quase que praticamente do nosso Paraná a cultura do café.

Acho que sim, Deputado, ontem ainda discutíamos aqui na Assembleia, estamos discutindo hoje, a suspensão pelo BANESTADO do Programa "Panela Cheia", um Programa que foi criado pela Secretaria da

Agricultura e que foi na verdade pela Assembleia Legislativa e transformado em Lei Regulamentar.

Então, queria, na verdade, aduzir as boas palavras que o Senhor coloca, a preocupação que temos da geração de empregos. Acho que o grande desafio que temos no Paraná é de diminuir a desigualdade na distribuição de rendas, porque a população que era pobre na década de 70 no Paraná, que tinha em 70 dois terços da população morando no campo, hoje essa população é de 75% morando nas cidades, mas a distribuição de renda ela continua perversa como era na década de 70. Por isso, com certeza, Deputado Belinati, a oposição vai entender a mão ao Programa que vai gerar empregos e rendas para população de menor renda, por isso que o seu pronunciamento é da maior importância e devemos caminhar de forma muito forte para que possamos diminuir essa desigualdade tão gritante do nosso Paraná.

Muito obrigado, pelo seu aparte.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Agradeço e fico honrado com o importante aparte do ilustre Deputado Romanelli. E agradeço ao meu Líder Deputado Valdir Rossoni pela gentileza de ceder o horário.

Senhor Presidente, os fatores são inúmeros, é a tecnologia que entrou no campo, expulsou o homem, as cidades pequenas estão diminuindo, as cidades grandes estão explodindo. É o problema do café que o Deputado Romanelli mencionou um fato grave. Houve um paranaense, Deputado, que invelmente foi comandar o IBC e na minha visão, de maneira irresponsável, começou a pagar para os fazendeiros para arrancar o café que estava produzindo e mandou por fogo no café e que estava estocado nos armazéns do IBC, dizendo que isso era para provocar uma alta no mercado internacional de café.

Pelo que tenho lido, o Brasil, que foi o maior produtor de café do mundo, e isso é que gerava os grandes empregos, empregos em grande escala no Paraná, o Brasil já está correndo risco de importar café da Colômbia ou de outros países produtores, até para o nosso consumo interno. Então tudo isso, Senhor Presidente, gerou miséria e desemprego. Quando observamos aqui o desemprego dos nossos irmãos que abandonaram o Paraná por falta de trabalho, entendam ilustres parlamentares, não é com o sentido de criticar ninguém que governou esse Paraná. Acho que o que temos que fazer agora é um diagnóstico sério, amplo, total, ver quais as causas e o que é que podemos fazer para reforçar a grande economia do nosso Paraná, mas é inadmissível que o Paraná, com tanto rio de água doce, com tanto mato, com tanta terra boa, com

tanta gente inteligente, continue um Estado em que a gente vê a miséria campeando por todo esse interior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo com a palavra.  
Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acredito que nesses dois primeiros dias, de sessões desta Casa, já dá para a imprensa e para todos nós nos conhecermos melhor e verificarmos que esta Assembléia vai dar o que falar, Deputado Caíto Quintana. Acho que aqueles que para aqui vieram pela primeira vez e aqueles que aqui permaneceram em função de reeleição, vão poder auxiliar de uma forma extraordinária, o Estado do Paraná e não é outra intenção, senão exatamente essa de valorizarmos este Poder Legislativo, esta Assembléia que tem dado exemplo para o Brasil de produtividade, de uma que mais produz no trabalho de seus 54 Deputados.

Tenho a certeza que tanto os companheiros que sentam do lado de lá como os de cá, todos estamos imbuídos da maior boa vontade, de somarmos nas grandes discussões de todos os setores que envolvem o Estado do Paraná.

Fiz uma saudação ao Líder do PT, Deputado Sérgio Spada e quero aproveitar para saudar os demais líderes que já estão ocupando essas posições: Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT, companheiro incansável. Tenho certeza que ao nosso lado, ao lado de Nelson Justus, Líder do PTB, ao lado de Hélio Rusch, Líder do PFL, ao lado do Cezar Silvestri, Líder do PSDB, ao lado do Cesar Seleme, Líder do PPR, de Joselito Canto, Líder do PSC, evidentemente iremos somar na defesa, no encaminhamento e na certeza de que estaremos auxiliando com muita propriedade, com muita competência, o Governador Jaime Lerner.

Da mesma forma, meu companheiro, amigo com quem tive a honra de somar na Comissão que elaborou a Carta Magna do Estado do Paraná, a nossa Constituição, Deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência sabe do tratamento que tivemos aqui durante duas Legislaturas, sempre cordial, sempre procurando o diálogo. Evidentemente que em certas matérias impossível se chegar a um acordo mas de qualquer maneira, no calor das discussões, sempre tivemos o bom senso de dialogarmos, de discutirmos com tranquilidade, sem que houvesse qualquer abuso tanto da minha parte, quanto da vossa parte, porque afinal de contas, sempre procuramos mostrar de um lado e de outro, a vontade de demonstrarmos a nossa posição, a posição de cada um de nós.

Tenho certeza que assim se dará com o Líder do PP e assim se dará também com o Líder do PT nosso companheiro e ex-Vereador Angelo Vanhoni. Quero, Sr. Presidente, trazer ao conhecimento da Casa a informação que recebi do Presidente do Banco do Estado do Paraná companheiro Luiz Antônio Fayet. Na verdade, no último dia 17 ele esteve numa Assembléia da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, e fez lá uma apresentação sobre a estratégia operacional que está sendo implantada no Banco do Estado do Paraná. E naquela ocasião, nos debates, vários programas operacionais que estão sendo desenvolvidos e que estavam sendo esclarecidos, houve, realmente, perguntas com relação à questão do "Panela Cheia". E ele explicou que a Diretoria do Governo anterior na verdade foi quem suspendeu o Programa "Panela Cheia", não foi esta Diretoria quem suspendeu. E dizia ele, naquela ocasião: (Lê)

"1. O programa é tecnicamente desequilibrado pois utiliza financeiros de "depósitos a vista" e de "captações a curto prazo";

2. estava gerando prejuízos ao Banco, e a sua continuidade seria uma irresponsabilidade e criaria reflexos negativos sobre os resultados operacionais.

Explicamos também que estamos urgenciando a preparação de programas para apresentar ao BNDES e para organismos financeiros internacionais, visando a obtenção de recursos adequados, em prazos e custos, de maneira a voltar a financiar os investimentos rurais e industriais.

Entretanto, fomos surpreendidos por matéria apresentada pela Folha de Londrina, contendo uma imprecisão, afirmando que nossa Diretoria suspendeu o Programa, o que não é verdade pois, a decisão foi tomada no Governo anterior, conforme comunicado GERAG/DETEC-N-105/94, cópia anexa."

Vou fazer a leitura do comunicado 105/94 e faço a leitura não no sentido de dizer que a culpa foi do governo passado, que suspendeu, mas apenas à guisa de esclarecimentos. Mesmo porque já adianto à Casa que logo mais às 17 horas, o Presidente do Banco do Estado e o Secretário da Agricultura - Hermas Brandão, atendendo um convite desta Liderança e já corroborando à iniciativa do Bloco Agropecuario estarão aqui na Casa, logo mais 17 horas, para fazer os devidos esclarecimentos. Mas adianto um Fax que me foi passado pelo Banco, como xerox da determinação datada do dia 2 de dezembro de 1994. (Lê):

"GERAG/DETEC-N-105/94

Curitiba, 02 de dezembro de 1994.

Ao

Banco do Estado do Paraná S/A

Assunto: Financiamentos Rurais e Agroindustriais (exceto CM-G)  
Senhor Gerente.

Comunicamos que as operações da Carteira de Crédito Rural e Agroindustrial, pendentes e em negociação, devem estar contratadas até no máximo 20.12.94.

Alertamos que após a data acima, novas propostas e ou contratações só poderão ser negociadas com expressa autorização do Sr. Diretor da DIRAL.

Esclarecemos que as operações de CM-G não serão paralizadas e inclusive devem ser as negociações intensificadas.

Outrossim, informamos que em 1995 os Programas PANELA CHEIA e BOM EMPREGO estarão paralizados e só serão reabertos após autorização superior.

Saudações,

BANCO DO ESTADO DO PARANÁ S/A  
GERAG - Gerência de Desenvolvimento de Negócios de Crédito Rural e Agroindustrial  
DETEC - Departamento Técnico Rural e Agroindustrial"

Faço esse esclarecimento em função de que nós também estamos todos associados, companheiros da Bancada de apoio ao Governo preocupados com essa situação. Mas evidentemente que foi uma norma de direção de banco. Uma norma que veio já da direção anterior e que a nova direção do Banco do Estado do Paraná, revendo os Programas, analisando... mesmo porque, hoje, vivemos uma outra visão financeira do país e é preciso readequar todos os projetos, todos os programas. Então não há intenção, não há iniciativa.

O próprio Governador Jaime Lerner hoje na imprensa diz que não há intenção de acabar com o "Panela Cheia". Há uma intenção sim de readequar o programa, o projeto para os dias atuais, para as taxas atuais.

É somente tão por esta razão é que o projeto está paralizado. Ninguém falou em acabar com o programa. Ninguém falou em eliminar o programa. Apenas uma suspensão em cima até, mesmo porque de uma decisão da direção anterior do Banco do Estado do Paraná.

Tenho certeza que todos os Parlamentares, e todos estão convidados para que as 17 horas questionem o Presidente do Banco do Estado, questionem o Secretário da Agricultura em todas as suas posições, seus pensamentos, e nas suas colocações. Acho que isto é muito salutar. É importante. Sempre dissemos que não iríamos de maneira alguma evitar que se convocassem os Secretários, Presidente de Instituições, Diretorias de parte do Governo. Só queríamos, na verdade, é dar um tempo exatamente porque afinal de contas é um governo que está tão somente há um mês e meio no Governo, ajeitando a Casa internamente para

começar depois evidentemente desenvolver o trabalho externo, muito embora o Governador Jaime Lerner já tenha feito a sua demonstração de trabalho já lançando três projetos a nível de Estado do Paraná.

Então, de qualquer maneira, tenho certeza de que a liderança do Governo atende os apelos das Bancadas de Oposição. Traz a esta Casa daqui a pouco mais o Presidente do BANESTADO, o Secretário da Agricultura para que esclareçam dúvidas com relação a questão do "Panela Cheia" e com isto, tenho certeza, haveremos antes e acima de tudo de tranquilizar os pequenos agricultores que devem ser os mais apreensivos pelo que tem saído na imprensa nestes últimos dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Permanentes da ALEP. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 01/95, subscrito pelos Srs. Deputados Plauto Miró Guimarães, Remy Borsatto, Nelson Garcia, Basílio Zanusso e Carlos Simões, constante do expediente, comunicando o nome do Sr. Deputado para a Liderança do P.F.L. nesta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 015/95, subscrito pelos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Emerson Nerone, Irineu Colombo e Doutor Rosinha, constante do expediente, comunicando o nome dos Srs. Deputados para o cargo de Líder e vice-Líderes do PT. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria dos Senhores Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Doutor Rosinha, Irineu Colombo e Emerson Nerone, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Nelson Garcia, Antônio

Belinatti, João Techy e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Necessita de apoio. Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, com apoio do Senhor Deputado João Techy, constante do expediente, solicitando votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

No processo de votação, esclarecimentos, principalmente aos novos Deputados: a Mesa esclarece ao Plenário que, para votação das proposições que serão apreciadas agora, adotará o disposto pelo § 4º do art. 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

(Lê): "Ao ser chamado pelo Senhor 1º Secretário, que procederá à chamada nominal duas vezes, o Deputado deverá se dirigir à Mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Senhor 1º Secretário. A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável, localizada à direita da Mesa, em cujo interior encontrará cédulas de votação contendo as expressões "SIM" e "NÃO".

Os Senhores Deputados que forem **favoráveis à manutenção do veto**, deverão se manifestar votando com as cédulas que contenham a expressão "SIM". Os **contrários à manutenção do veto**, deverão se manifestar utilizando para votação as cédulas que contenham a expressão "NÃO".

A Presidência deseja salientar que, para a rejeição do veto, com a conseqüente aprovação do projeto, será necessário que vinte e oito (28) Senhores Deputados votem "NÃO", conforme previsão da parte final do § 4º do Art. 71 da Constituição Estadual.

Solicito ao Senhor 1º Secretário que dê início à chamada nominal para votação. Deverão ser procedidas duas chamadas nominais."

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Vossa Excelência colocará os dois vetos conjuntamente.

Senhor Presidente, sei que nessa votação tem um Projeto meu que está em veto, será prejudicado, mas apresentarei nessa Legislatura.

E gostaria de pedir a Vossa Excelência que analisasse, na seqüência do ano legislativo, uma prática adotada na Assem-

bléia, que me parece não ser das melhores aos próprios Parlamentares que têm Projetos vetados no Executivo. No final do ano passado, ao retornar a essa Assembléia, percebi numa sessão, onde foram votados seis vetos em bloco, tratando sobre assuntos diferentes, matérias diferentes, interesses diferentes. E isso inibe o companheiro de poder votar veto a veto de acordo com a sua gravidade. Cito por exemplo, um fato dos dois vetos que vamos votar hoje, Deputado Anibal Khury: o Deputado Durval Amaral tem um Projeto vetado, uma área com a SANEPAR para construção de casa popular, que já foi resolvido com a própria companhia passando a escritura.

Portando, é evidente que não há interesse nesse veto, será mantido. No entanto, tem um veto de um Projeto nosso que, em 09 de julho de 1968 a Prefeitura de Marmeleiro fez a doação para o Estado do Paraná de um imóvel da Prefeitura para a construção de um Posto de Saúde. A Prefeitura quer, pura e simplesmente, a devolução do lote ao patrimônio do Município para poder construir um Posto de Saúde em cima deste terreno. Isso é bom para o município, isso é bom para o Estado, que terá mais um Posto de Saúde construído pelo município.

Se votarmos dois vetos juntos, os assuntos são diferentes; se derrubar, derruba os dois; se manter, mantém os dois que têm razões diferentes de sustentação.

Então, como Vossa Excelência já anunciou os dois vetos, não quero polemizar, Deputado Anibal Khury. Conheço Vossa Excelência que não é meu estilo. Mas, gostaria que adotássemos, nessa legislatura, por mais que fosse cansativo, veto a veto nas discussões, para que pudéssemos analisar cada um o seu direito, a sua razão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa ao Senhor Deputado Caíto Quintana que o Plenário aprovou o Requerimento do Deputado Algaci Túlio, solicitando a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Acho que em parte Vossa Excelência tem razão, mas quando acontecer isso novamente, Vossa Excelência, com esse argumento agora expedido no Plenário, é possível contornarmos a situação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, comungo até do mesmo pensamento do Deputado Caíto Quintana. Nós também nunca fomos favoráveis a colocação de cinco, seis vetos numa votação única. Muito embora hoje aqui haja até uma justificativa, porque os dois vetos são do mesmo assunto: cessão de área do Estado para os municípios. Quer dizer, não são assun-

tos diferenciados.

O difícil na verdade, é quando vem veto sobre uma determinada matéria, se engloba tudo e vota numa vez só, aí fica até difícil realmente para sabermos de que forma vamos votar. Mas, no caso de hoje, parece-me que seria até normalíssimo votarmos os dois vetos num só, porque são do mesmo assunto, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - Inicia-se o processo de votação.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 105/94, veto aposto ao Projeto de Lei nº 183/94, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 282/94

Curitiba, 28 de novembro de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 234/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 183/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santa Fé a área de terras constituída da Data nº 02, Quadra 06, com 1.040 m², localizada no Jardim Monte Alto, naquele Município, destinada à construção de casas populares.

Embora revestido de alto significado social, o questionado plano de lei, de autoria do Nobre Deputado José Durval Mattos do Amaral, não pôde ser acolhido em razão das informações adiante explicitadas, emitidas por órgão técnicos do Poder Executivo.

A Coordenadoria do Patrimônio do Estado manifestou-se afirmando que o questionado imóvel não consta de seus registros e, segundo dados contidos no próprio projeto de lei, o mesmo pertencia à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, tendo aquela Companhia informado já ter efetuado a doação da referida área ao Município de Santa Fé, em atendimento à solicitação formulada pelo Senhor Prefeito Municipal, através do Ofício nº 145/94, que foi devidamente aprovado pela Diretoria e Conselho de Administração, no mês de junho do corrente ano, tendo sido, inclusive, provi-

denciada sua transferência, através de Escritura Pública de Doação.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 183/94 foi publicado no D.A. nº 64 de 24.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 105/94

P A R E C E R:

A Proposição veto nº 105/94, oriundo do Poder Executivo, tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 183/94 do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar área de propriedade do Governo do Estado à Prefeitura Municipal de Santa Fé.

Chamada essa Comissão de Justiça a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação.

Sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 107/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 280/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro, imóvel localizado naquele Município. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 283/94

Curitiba, 28 de novembro de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 260/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 280/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marmeleiro o imóvel que especifica, destinado a abrigar novo posto de saúde, com atendimento médico e dentário.

Embora louvável a intenção do autor, Nobre Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, o plano de lei em apreço não pôde merecer acolhimento em razão de pronunciamento da

Coordenadoria do Patrimônio do Estado, manifestando-se contrariamente ao mesmo, pelo fato de que o questionado imóvel vem sendo ocupado por uma subunidade veterinária, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Vale, ainda, ressaltar que existe expediente, protocolado sob nº 1.976.038-3/94, de origem do Sr. Prefeito Municipal daquele Município, solicitando o mesmo imóvel e que se encontra em análise pelos órgãos competentes do Poder Executivo.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituiu a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 280/94 foi publicado no D.A. nº 96 de 10.08.94)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO Nº 107/94 AO PROJETO DE LEI Nº 280/94

P A R E C E R:

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Marreleiro, imóvel conforme especifica.

Analisando o Veto Governamental em epígrafe, o mesmo encontra-se em plenas condições de ser apreciado pelo douto e soberano Plenário.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 12.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)  
- Procede à Chamada Nominal dos Srs. Deputados para votação.

(Termina a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 44 Srs. Deputados.

Designo Deputado Reny Borsatto, Sérgio Spada, Valdir Rossoni, para constituírem a Comissão escrutinadora.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela Ordem Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Srs. Deputados, nós lamentamos comunicar esta Casa e a sociedade paranaense o falecimento do Coronel Nelson Romero E. de Sousa,

que era Oficial da Reserva, Presidente da Associação da Vila Militar, um dos fundadores do Clube dos Oficiais da Polícia Militar, expoente da nossa PM, de tradicional família paraense, irmão do nosso amigo Jornalista Clóvis E. de Sousa que dá atendimento ao comitê de imprensa desta Casa e era também irmão do Coronel Mário E. de Sousa.

Com muito pesar que esta Casa, tenho certeza, se associa, a esta manifestação de pesar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa se associa ao voto de pesar pelo falecimento do Coronel Nelson E. de Sousa, que prestou relevantes serviços ao Paraná.

44 Srs. Deputados: Pela manutenção do veto, 28. Pela rejeição do veto, 16.

Está rejeitado o projeto e mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento nº 104, de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 105 e 106, de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 107, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 108, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 109, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Tratando-se de Ministro, a Mesa encaminha como sugestão.

Requerimentos nºs 111 e 112, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 113 e 114, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa. Será encaminhado na forma de sugestão.

Requerimentos nºs 116 e 118, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. - Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 117, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. - Ao autor para correção a quem será dirigido a criação da escola.

Requerimento nº 119, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-



lativa.

Requerimentos n°s 120 e 121, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 122, de autoria do Senhor Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 123 a 134, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. - **Encaminhe-se na forma de sugestão.**

Requerimentos n°s 131 e 135, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 136, de autoria do Senhor Deputado Cesar Silvestri, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 141, de autoria do Senhor Deputado Jocelinto Canto, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 142 a 145, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 147, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. - **Encaminhe-se na forma de sugestão.**

Será encaminhado como sugestão para que informe a esta Casa, Deputado, o que realmente está acontecendo.

Requerimento n° 137, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. - **Verificar a data indicada.**

A Mesa vai verificar a data e oportunamente discutirá com V.Exa. o problema.

Requerimento n° 004, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.**

O SR. DR. ROSINHA - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A discussão já foi adiada.

Eu, na Presidência da Casa, entendo que este Requerimento poderia ser transformado num Projeto de Lei, porque sugere a alteração de um Decreto. O Poder Legislativo sugere a alteração de um Decreto...

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Solicito a essa Presidência que faça a leitura do inteiro teor do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê Requerimento).

Parece-me que é competência de lei.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Já foi discutido.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, creio que a intenção do autor do requerimento era uma indicação ao Senhor Governador, que aja de acordo com o exposto no Requerimento.

Tenho a impressão que é esta a intenção do autor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos ouvir o autor.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, na verdade é uma sugestão para que o Governo amplie ou isente de impostos, crie um incentivo fiscal para que as empresas não poluentes nas áreas de mananciais, exatamente aonde serão relocadas aquelas famílias existentes hoje, ou naquelas áreas livres, possa se instalar empresas não poluentes para dar empregos mais próximos dos trabalhadores da região de Pinhais, de Colombo, de São José dos Pinhais e de toda a região.

Não passa de uma sugestão e de um incentivo a mais dentro da lei aprovada pelo nosso Presidente Anibal Khury no passado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Eu também não consegui entender, Senhor Presidente, onde exatamente são essas áreas que fala o Deputado Neivo Beraldin.

Porém, se for realmente dentro do município de Piraquara que é o município onde não se pode instalar empresas poluentes, evidentemente é uma situação. Se for onde iniciou a Prefeitura já na semana passada, e onde começa o Governo do Estado esta semana a instalação, a construção de um canal extravasor para evitar as enchentes e atingindo conseqüentemente os Municípios de Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais e Curitiba. Me parece impossível porque nesta área, em meio a esses dois canais, serão retiradas todas as famílias, haverá uma relocação completa, não se poderá instalar ali, se não se permite a instalação de famílias, muito menos de empresas, se é que eu entendi que seria nesta área Deputado Neivo Beraldin. Vai se fazer esse canal extravasor e vai se evitar que novas enchentes aconteçam na região metropolitana e na Capital do Estado.

De qualquer maneira acho que o seu requerimento, se não for nesta área, é um bom requerimento, eu tenho certeza que o Governador vai analisá-lo com muita profundidade.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Dis-



cuto a eficácia do Requerimento, nós não podemos combater a hipertrofia do Poder Executivo sugerindo que Poder Executivo, através de decreto, altere o seu próprio decreto, que nós temos ainda que examinar se é legal. Por isso, Deputado, Vossa Excelência poderia sugerir isso por lei, há inclusive incentivo fiscais.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, veja bem, é apenas uma sugestão, é apenas uma idéia. Qual é o objetivo central da idéia? Nós temos uma área de manancial, a área de preservação...

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Deputado, nós não estamos discutindo o mérito do seu Requerimento que é justo; estou discutindo que Vossa Excelência pode fazer isso por lei. Estamos sugerindo ao Executivo que altere um decreto que possivelmente é inconstitucional. Peço as luzes do Deputado Caíto Quintana para me auxiliar nisso, porque realmente nós estamos combatendo, daqui a pouco vamos sugerir que ele altere por decreto inclusive concedendo incentivo fiscais.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Certo, então retiro o Requerimento e encaminho em forma de Projeto de Lei oportunamente. Requerimento nº 16, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente de sessão anterior. À C.C.J..

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Acho que é um Requerimento de grande importância, e como nós não queremos interferir no Poder Executivo, acho que a Assembléia também não pode interferir, nós não queremos que o Poder Executivo interfira na Assembléia, nós não podemos também interferir no Projeto da construção do Salto Caxias, a não ser através das nossas comissões competentes.

Em todo caso é matéria de alto indagação, eu remeto à Comissão de Justiça.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, essa Comissão já existia no período passado aqui na Assembléia e era presidida pelo eminente Deputado Ovídio Constantino. Nós fazíamos parte desta Comissão, uma Comissão que é prevista na própria Constituição do Estado. Quer dizer, apenas e tão somente é uma renovação da Comissão que já existia no passado, no acompanhamento, a fim de que esta Casa de Leis esteja acompanhando, sobretudo o problema dos atingidos pela usina e dos interesses do Paraná, da COPEL, da Região Oeste e Sudoeste do Paraná que será atingida pela usina; de forma que é tão somente uma repetição do que já havia aqui nes-

ta Assembléia no período passado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa mantém a decisão e encaminha o Requerimento à Comissão de Justiça.

Vossa Excelência pode recorrer ao Plenário, mas eu entendo que é uma matéria de alta indagação e, falando assim honestamente Deputado, sempre dá motivo para comentários desairosos com a Assembléia.

Vossa Excelência, se quiser pode recorrer ao Plenário.

O SR. NEREU MOURA - Não, Senhor Presidente, concordo com Vossa Excelência de que vá para a Comissão de Justiça e eu tenho certeza de que a C.C.J. irá fazer o seu pronunciamento favorável de que este requerimento seja apreciado aqui pelo Plenário da Assembléia uma vez que não terá prejuízo nenhum, aliás pelo contrário, irá apenas engrandecer a Usina de Salto Caxias.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Agradeço a Vossa Excelência pela compreensão.

Requerimento nº 019, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para Encaminhar) - Este requerimento já esteve na Ordem do Dia de ontem, Senhor Presidente, foi retirado, para discutir.

Nós queremos informar ao Deputado José Tavares, inclusive não está no Plenário, mas que realmente é um requerimento que tem interesse do Governo do Estado porque estes Projetos para a construção da prisão já foram contratados, estão prontos, e atualmente encontram-se em fase de orçamento no DECON.

É uma área desapropriada pelo Estado, destinada à construção da prisão e ainda está ocupada por duas residências, "sub-judice", em processo de emissão de posse no Fórum de Londrina, face ao valor atribuído às propriedades.

Todavia através do Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Londrina, foi informado ao sistema penitenciário que houve um contacto com o Senhor Prefeito Municipal de Londrina, e que estaria disposto a doar dois terrenos para a retirada dos respectivos moradores que ainda se encontram instalados na área do futuro presídio.

Portanto, é um requerimento importante, já há um estudo sobre ele e conseqüentemente o Governo do Estado vai atender a esta solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação o Requerimento do Deputado Tavares, excluindo-se as expressões: "uma cópia para o Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, Edson Vidal".

Acho desnecessário e inclusive uma deslealdade com o Governador do Estado.

Em votação. Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 22, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 049/93, 067/93, 069/93.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 295/92.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 143/92, 309/93 e 167/94.

Levanta-se a Sessão.

#### EDITAL DE CHAMAMENTO

#### COMISSÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR

PORTARIA N° 025/94-DG

O Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Portaria n° 025/94, da Diretoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 320, § 2º, da Lei 6.174/70, (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná), diante da impossibilidade de citação pessoal...

CITA e CHAMA a funcionária do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná Cintia Aparecida Pulner, indicada em Processo Disciplinar por Infringência ao Art. 293, inciso V, letra "b", da Lei acima enumerada ABANDONO DE CARGO para apresentar defesa no prazo de dez dias, a contar da última publicação do presente Edital de Chamamento, sendo-lhe facultada vista do processo, durante decorrência do prazo acima, na dependência onde funciona a Comissão de Processo Disciplinar (COORDENADORIA DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL).

Publique-se, na forma da Lei.

Curitiba, de fevereiro de 1995

(a) ANTONIO LOPES

Presidente da Comissão